

**Imagens sociais atribuídas a jovens institucionalizados
e a instituições de acolhimento**

Bruna Wendt

Dissertação de Mestrado apresentada como exigência parcial
para obtenção do grau de Mestre em Psicologia sob orientação da
Prof.^a Dr.^a Débora Dalbosco Dell'Aglio

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Instituto de Psicologia

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por me proporcionar um ensino gratuito e de qualidade durante o Mestrado, bem como aos seus docentes que garantem uma formação de excelência.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pelo apoio financeiro ao longo destes dois anos de Mestrado.

Agradeço à SAIDAN, especialmente à Rosana Zagonel e à Tânia Fröhlich, que compreenderam minha saída da instituição e apoiaram minhas decisões. Também sou grata a todas as crianças e adolescentes acolhidos na instituição. Seus sorrisos e olhares me inspiram diariamente a querer conhecer mais sobre essa realidade. Desejo continuamente um contexto institucional mais adequado e qualificado, que dê conta de suas demandas e respeite os seus direitos.

Agradeço a minha orientadora, Professora Dra. Débora Dalbosco Dell'Aglio pelo acolhimento e pelas aprendizagens diárias. Tua dedicação e empenho foram fundamentais nesta caminhada acadêmica.

Agradeço aos colegas e amigos do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA/UFRGS) pelo suporte emocional e pelos momentos compartilhados. Um agradecimento especial às bolsistas de Iniciação Científica Daniele Penno e Maria Danielle Figueira Tavares pelo auxílio na digitação e análise dos dados de pesquisa. À Jaqueline Giordani, minha companheira de mestrado e amiga querida, um agradecimento afetivo pela parceria construída ao longo destes dois anos. Tua amizade tornou o mestrado mais leve e mais divertido.

Agradeço à Marília Gabriel, minha colega de apartamento, por ser essa amiga tão especial, sempre pronta para acolher minhas angústias e compartilhar bons momentos. É muito bom conviver com pessoas tão felizes e alto-astrais como tu.

Agradeço aos amigos de perto e de longe que não pouparam esforços para me incentivar e dar suporte. Em especial, agradeço à Érica Franceschini, minha irmã de coração, que sempre esteve por perto para me tranquilizar, dar apoio e motivação. Nossas trocas oxigenaram minha escrita e meus pensamentos. Obrigada por sempre acreditar em mim.

Agradeço ao Samyr, meu companheiro de vida e de sonhos. Obrigada por compreender minhas ausências, pelas palavras afetivas, pelos abraços carinhosos e pelo incentivo incansável. Tua energia e teu amor pela pesquisa são inspiradores.

Agradeço à minha irmã Fabíola e ao meu cunhado Fernando por me darem o maior e melhor presente que eu poderia receber, meu amado sobrinho e afilhado Gabriel. A vida acelerada da semana é compensada pelos finais de semana junto ao teu sorriso e à tua disposição.

Deixo para o fim o agradecimento mais importante, aquele dedicado aos meus pais Paulo e Noemia que me ensinam diariamente sobre a vida, sobre como amar e ser amada. Essa conquista, assim como todas as outras, é dedicada a vocês que acreditaram e apostaram nos meus sonhos mesmo que isso implicasse estar longe de casa. Vocês foram meus alicerces para esta caminhada. Tudo valeu à pena, pois eu sabia que há alguns quilômetros de distância me esperavam abraços cheios de carinho e afeto.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	2
SUMÁRIO.....	4
LISTA DE TABELAS.....	6
RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
CAPÍTULO I: Introdução.....	9
Sobre Percursos, Descaminhos e Deslocamentos.....	9
O Acolhimento Institucional.....	10
O Acolhimento Institucional e Suas Imagens Sociais.....	13
CAPÍTULO II: Imagens Sociais Atribuídas às Instituições de Acolhimento.....	17
Resumo.....	17
Abstract.....	17
Introdução.....	18
Método.....	22
Participantes.....	23
Instrumentos.....	23
Procedimento e Considerações Éticas.....	23
Análise de Dados.....	24
Resultados e Discussão.....	25
Considerações Finais.....	29
CAPÍTULO III: Imagens Sociais Sobre Jovens em Acolhimento Institucional.....	32
Resumo.....	32
Abstract.....	32
Introdução.....	33
Método.....	37
Participantes.....	37
Instrumentos.....	37

Procedimento e Considerações Éticas.....	38
Resultados.....	38
Discussão.....	43
Considerações Finais.....	46
CAPÍTULO IV: Considerações Finais.....	49
REFERÊNCIAS.....	54
ANEXOS.....	62
Anexo A: Questionário – Estudo 1.....	62
Anexo B: Parecer do Comitê de Ética.....	65
Anexo C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Estudo 1.....	68
Anexo D: Questionário - Estudo 2.....	70
Anexo E: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Estudo 2.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Frequência Absoluta e Frequência Relativa por Categoria e por Valência.....	26
Tabela 2 - Médias e Desvios Padrão das Características de Jovens Típicos e em Acolhimento Institucional.....	39
Tabela 3 - Médias e Desvios Padrão das Características de Jovens Típicos e em Acolhimento Institucional por Grupo de Participantes (Sem Contato e Com Contato).....	41

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo investigar e discutir as imagens sociais atribuídas às instituições de acolhimento e aos jovens institucionalizados, a partir de dois estudos empíricos exploratórios. O estudo I investigou as imagens sociais atribuídas às instituições de acolhimento. Participaram da pesquisa 202 adultos selecionados por conveniência, com idades entre 16 e 69 anos ($M=32,76$, $DP=11,67$), sendo a maioria do sexo feminino (79,2%), solteiro (51%), com ensino médio (48%) ou curso superior (37,6%). Os participantes responderam a um questionário aberto utilizando até cinco palavras para descrever uma instituição de acolhimento. O estudo II investigou as imagens sociais atribuídas aos jovens em acolhimento institucional. Participaram 224 adultos selecionados por conveniência, com idades entre 18 e 71 anos ($M=33,97$, $DP=11,42$), sendo que 68,4% já tiveram contato com adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco. Foi utilizado um questionário fechado, com 37 palavras para descrever os jovens típicos e em acolhimento, com itens em escala *Likert*. Os resultados do primeiro estudo indicam que as imagens sociais sobre as instituições de acolhimento, em geral, são positivas e que predominam as percepções relacionadas ao acolhimento/proteção e à organização. Os resultados do segundo estudo apontam que as palavras consideradas negativas foram significativamente mais associadas aos jovens em acolhimento institucional, indicando haver uma imagem social negativa desta população. Embora as mudanças legais e políticas referentes à proteção infantojuvenil venham contribuindo para a qualificação dos serviços de acolhimento, permanecem os estigmas que classificam os jovens inseridos nesse contexto. É importante que se faça uma reflexão social coletiva sobre essa realidade a fim de que se encontrem estratégias de modificação do imaginário social que ainda rotula e discrimina essa população.

Palavras-chave: imagens sociais; jovens institucionalizados; instituições de acolhimento.

ABSTRACT

This study aimed to investigate and discuss the social images associated to the residential care institutions and the young people in care through two exploratory empirical studies. The first study investigated the social images assigned to the residential care institutions. The participants were 202 adults selected by convenience, aged 16 to 69 years old ($M=32.76$, $SD=11.67$), mostly female (79.2%), single (51%), with high school (48%) or higher education (37.6%). The participants answered an open questionnaire using up to five words to describe a residential care institution. The second study investigated the social images assigned to young people in care. The participants were 224 adults selected by convenience, aged 18 to 71 years old ($M=33.97$, $SD=11.42$), 68.4% of them have already had contact with teenagers in vulnerability and risk situations. The instrument was a *Likert* scale questionnaire with 37 words used to describe young people in general and in care. The results of the first study indicated that social images are generally positive, prevailing perceptions related to care/protection and organization. The results of the second study indicated that the negative words were significantly more associated with young people in care, indicating that there is a negative social image related to this population. Although legal and political changes concerning children and youth protection have been contributing to the qualification of residential care institutions, the stigmas that classify young people inserted in this context remain. It is important to make a collective social reflection about this reality in order to find strategies to modify the social imaginary that still labels and discriminates this population.

Keywords: social images; youth in care; residential care institutions.

CAPÍTULO I

Introdução

Sobre Percursos, Descaminhos e Deslocamentos

Traçar percursos que marcam inícios, meios e fins. Descaminhos que promovem mudanças, propulsionam deslocamentos que sempre desacomodam, mas nos permitem continuar. Trajetórias sutis que começaram a ser delineadas sem meu claro conhecimento. Olhar para trás e lembrar um pouco deste percurso é uma maneira de agradecer a todos aqueles que, sem saber, contribuíram amplamente para a minha formação enquanto profissional e enquanto ser humano.

Começo a história pela escolha da Psicologia, provavelmente a decisão mais fácil e mais acertada que tomei ao longo destes anos. Nunca tive qualquer dúvida sobre o que eu queria ser “quando crescesse” e me realizo diariamente com a escolha feita. Desejo intensamente que a Psicologia seja cada vez mais reconhecida e valorizada, enquanto ciência e profissão.

Durante a graduação, no Centro Universitário Univates (Lajeado/RS), enfrentei algumas dificuldades inerentes ao processo de consolidação e estruturação de um curso novo. Todavia, acredito que os ganhos em termos de participação ativa nestes processos e a maior proximidade com colegas e docentes foram muito significativos. Meu primeiro contato com crianças e adolescentes enquanto estudante de Psicologia ocorreu no período dos estágios, sobretudo em 2012, no estágio avançado realizado em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi). Além de aprender intensamente sobre políticas públicas de saúde, refinei ainda mais minha identificação com o público adolescente.

Logo que me formei, em 2013, comecei a trabalhar como psicóloga em uma instituição de acolhimento onde permaneci por um ano. Deparei-me com a inserção da Psicologia nos serviços de assistência social, temática pouco abordada na minha graduação. Desta forma, a prática me exigiu mais estudo, pesquisa e leitura sobre as políticas públicas de assistência social, sobre os serviços de acolhimento institucional e sobre a função técnica do psicólogo nesse espaço. Acredito que estes desafios diários da instituição associados ao desejo de ser docente me estimularam a querer aprofundar as investigações e pesquisas sobre a temática. Passei no mestrado em 2014 e me inseri no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA/UFRGS) em função de conhecer brevemente as pesquisas do grupo sobre o tema do acolhimento institucional.

Inseri-me na pesquisa denominada “As imagens sociais de crianças e jovens institucionalizados”, desenvolvida através da parceria do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) sob a coordenação das Professoras Doutoras Débora Dalbosco Dell’Aglio (UFRGS) e Maria Manuela de Amorim Calheiros (ISCTE). O objetivo da pesquisa foi investigar questões ainda pouco exploradas na literatura sobre crianças e jovens em situação de acolhimento institucional, tais como sua imagem social e as fontes de variabilidade. Participei da coleta, da digitação e da análise dos dados provenientes da pesquisa. Para a elaboração dos dois estudos da dissertação realizei um recorte nos dados da pesquisa maior, de forma que o estudo I buscou investigar e analisar as imagens sociais relacionadas às instituições de acolhimento e o estudo II objetivou investigar e analisar as imagens sociais atribuídas aos jovens em acolhimento institucional.

O Acolhimento Institucional

É prevista em lei a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento (Brasil, 1990). Este desenvolvimento caracteriza-se por intrincados processos biológicos, psicoafetivos, cognitivos e sociais que exigem do ambiente a sua volta, do ponto de vista material e humano, uma série de condições, respostas e contrapartidas para realizar-se de forma satisfatória. As crianças e os adolescentes são prioridade absoluta na formulação de políticas públicas e na destinação privilegiada de recursos das diversas instâncias político-administrativas do país. Compreende-se que a família, o contexto sociocomunitário e o Estado têm papel fundamental no crescimento e na formação destes indivíduos, sendo os responsáveis por assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais (Brasil, 1990; Brasil, 2006).

Sempre que os direitos de crianças e adolescentes forem ameaçados ou descumpridos, é necessário que medidas de proteção sejam efetivadas. O acolhimento institucional constitui-se enquanto tal, de modo que está entre as medidas protetivas previstas no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). É definido como uma ação de proteção provisória e excepcional, destinada a crianças e adolescentes privados da convivência familiar e que se encontram em situação de risco pessoal ou social ou que tiveram seus direitos violados, não implicando privação de liberdade (Brasil, 1990).

Proteger a criança e o adolescente, propiciar-lhes as condições para o seu pleno desenvolvimento junto à família e à comunidade, ou prestar-lhes cuidados alternativos

temporários quando afastados do convívio familiar, são ações que superam meros atos de generosidade, beneficência ou caridade. Referem-se a um exercício de responsabilidade e ao cumprimento de deveres por parte de toda a sociedade (Brasil, 2006).

Em 2004, o Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) encontrou, no Brasil, cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivendo em 589 instituições de acolhimento (Silva, 2004). Dados mais recentes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) apontaram que havia cerca de 37 mil crianças e adolescentes vivendo em 2.624 instituições de acolhimento no Brasil, sendo a maioria meninos (52,3%), de cor branca (41,1%), com idade entre seis e 11 anos (35,7%). Os motivos mais frequentes de acolhimento foram negligência na família (33,2%), abandono pelos pais ou responsáveis (18,5%), seguido de pais ou responsáveis dependentes químicos/alcoolistas (17,7%) (Assis & Farias, 2013). Os dados mostram que a institucionalização ainda é uma prática frequente e a população institucionalizada permanece numerosa, o que requer um olhar atento da sociedade, preocupando-se, sobretudo, com as mudanças que acompanham este contexto e com as formas de atendimento que estão sendo prestadas.

A prestação do serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes ainda é um grande desafio para as instituições e entidades que realizam este trabalho, especialmente considerando os novos parâmetros legais e técnicos que vêm sendo implementados (Adrião, 2013). O acolhimento de adolescentes, em particular, demanda um esforço extra das equipes dos serviços tendo em vista que a adolescência é um período marcado pela crescente aquisição de autonomia e novas experimentações, as quais podem gerar períodos de maior vulnerabilidade e exposição a riscos (Steinberg, 2002).

Estudar a prática das medidas protetivas de acolhimento institucional implica, segundo Moreira (2014), compreender que se trata de um processo, de uma história em movimento, e não de um produto acabado. O Brasil possui uma longa tradição de internações de crianças e adolescentes em instituições as quais fazem parte da história do país desde o período Colonial. Diferentes leis foram promulgadas a fim de dar conta da demanda que surgia. O Código de Menores (Brasil, 1927) foi o primeiro documento legal que legislou sobre a infância e a adolescência desamparadas (Siqueira, 2012), embora tenha proposto uma abordagem puramente assistencialista, higienista e segregadora. A aprovação do Novo Código de

Menores em 1979 (Brasil, 1979) também não trouxe avanços importantes para a humanização e qualificação das instituições destinadas à população infantojuvenil em risco.

Só a partir da década de 80, com a consolidação da democracia no país, houve o fortalecimento das lutas pela conquista dos direitos de crianças e adolescentes. Durante o processo de instituição do Estado democrático, destaca-se a promulgação na nova Constituição Federal no ano de 1988. De forma inédita, as crianças e os adolescentes foram apresentados como pessoas em desenvolvimento sendo prioritária a proteção integral dos mesmos (Brasil, 1988; Negrão & Constantino, 2011).

A Doutrina da Proteção Integral conferiu um lugar mais efetivo para crianças e adolescentes (Faleiros & Faleiros, 2008) e tornou-se evidente a necessidade de um novo suporte legal que regulamentasse de fato os direitos adquiridos. A partir de 1990, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) consolidou novas formas de conceber a infância e a adolescência e também trouxe mudanças quanto às formas de atendê-las em caso de situação de risco. O ECA é considerado por muitos um marco na política de proteção a crianças e adolescentes, sendo até hoje a principal referência legal utilizada.

Em 2009, a promulgação da Nova Lei Nacional da Adoção - Lei 12.010 (Brasil, 2009a) detalhou aspectos fundamentais dos direitos da criança e do adolescente propostos pelo ECA, reafirmando a provisoriedade e a excepcionalidade da medida de proteção. Vale ressaltar que outros documentos como o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006) e as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009b) também vêm sendo relevantes na elaboração das políticas públicas de proteção e na regulamentação das instituições de acolhimento.

Ainda que se tenha um longo percurso pela frente, é possível concluir que as mudanças legais vêm interferindo diretamente no atendimento prestado à população em risco, sendo essencial que estas leis continuem sendo repensadas e aprimoradas. É necessário também, que os investimentos públicos em termos de orçamento, gestão e formação continuada dos profissionais sejam ampliados, havendo a priorização dos programas socioassistenciais, a sensibilização da sociedade de forma a extrapolar a lógica caritativa (Adrião, 2013) e desconstruir certos estigmas atribuídos às instituições de acolhimento, aos acolhidos e às suas famílias.

O Acolhimento Institucional e Suas Imagens Sociais

Em função destes novos parâmetros legais, o modo como crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social são vistos modificou-se nas últimas décadas. Ainda assim, algumas imagens sociais a respeito das instituições e da população acolhida permanecem no imaginário coletivo tendo em vista que se compuseram a partir de um longo processo histórico da institucionalização (Rizzini & Rizzini, 2004).

Estas imagens sociais consistem em ideias compartilhadas a respeito de determinadas pessoas, grupos ou sociedades, prevalecendo mesmo sem evidências objetivas de sua veracidade (Corsini, 1999). É possível que estas imagens sociais levem a processos de estigmatização, de modo que os indivíduos tendem a rotular as diferenças entre grupos e a associá-las a características negativas levando a fenômenos cognitivos (estereótipos), emocionais (preconceitos) e comportamentais (discriminação) (Link & Phelan, 2001), os quais tendem a gerar consequências sérias em termos de ajustamento e de integração social (Calheiros, Garrido, Lopes, & Patrício, 2015).

As pessoas estigmatizadas têm, ou pensam ter, um atributo que as marca como diferente e as leva a serem desvalorizadas aos olhos dos outros. Essas marcas estigmatizantes, visíveis ou invisíveis, podem estar ligadas à aparência, ao comportamento ou a grupos sociais. De qualquer forma, tornam-se motivo de preconceito e exclusão, podendo resultar em problemas de saúde, de baixa autoestima e baixo desempenho escolar/acadêmico (Major & O'Brien, 2005).

À infância e à adolescência também são atribuídas imagens sociais as quais nem sempre são condizentes com a realidade. As representações que uma comunidade tem acerca destes períodos constituem um conjunto de saberes implícitos ou cotidianos resistentes à mudança. Concretizam-se enquanto realidade psicossocial, permeando os pensamentos individuais, mas também as interações sociais, limitando, muitas vezes, a possibilidade de novas experiências ou perspectivas de análise fora desta lógica (Casas, 2006). Os saberes acerca da infância e da adolescência vêm sendo produzidos a partir de discursos dominantes e acabam sendo incorporados pelos indivíduos sem maiores críticas, afetando a compreensão teórica e, possivelmente, as ações direcionadas a este público (Frota, 2007).

Quando se fala em infância e adolescência em situação de vulnerabilidade social, como aqueles que passam por instituições de acolhimento, verifica-se que há representações particulares que foram sendo histórica e socialmente construídas e hoje, fazem parte do imaginário social. Diante disso, constata-se que crianças e adolescentes em situação de

institucionalização são rotulados socialmente e as representações construídas em torno dessa população é muito forte, determinando a perspectiva preconceituosa com que o grupo costuma ser tratado (Arpini, 2003; Casas, Cornejo, Colton, & Scholte, 2000).

O processo de estigmatização parece ser ainda mais intenso quando tratamos deste público específico, pois carrega consigo vestígios familiares motivadores do acolhimento, bem como a história das próprias instituições marcada por um regime autoritário, práticas violentas e dificuldades na reinserção social. O reordenamento institucional proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) não garantiu que certos vícios, abusos e violências característicos das instituições totais não se reproduzissem no novo modelo. Apesar das conquistas legislativas, permanece uma representação social que estigmatiza os indivíduos que compõem esse universo (Arpini, 2003; Negrão & Constantino, 2011).

Rodrigues, Gava, Sarriera e Dell’Aglío (2014) conduziram uma pesquisa que apontou que a situação de acolhimento institucional contribuiu para os índices mais elevados quanto à percepção de preconceito por parte dos adolescentes institucionalizados quando comparados a adolescentes que viviam com suas famílias. A situação de acolhimento institucional mostra-se, portanto, fortemente marcada por processos de estigmatização social vinculada à condição de institucionalização, que lhes confere uma identidade social, marca-os como diferentes perante a sociedade e os torna, potencialmente, alvos de preconceito.

O estudo de Arpini (2003) com adolescentes institucionalizados demonstra como a juventude acolhida é percebida como problemática, marginal, carente, abandonada e pouco qualificada. Outras percepções vinculadas à pobreza, à solidão, à tristeza, à aparência malcuidada e ao comportamento hostil também estão presentes (Kuznetsona, 2005). Os jovens acolhidos que recebem estes rótulos referem dificuldades de integração e sentimentos de exclusão em contextos externos às instituições, como a escola, por exemplo (Calheiros & Patrício, 2014). A literatura também indica que tais estigmas podem provocar impactos negativos no bem-estar e na construção das identidades de crianças e adolescentes em acolhimento (Arpini, 2003; Kools, 1997), gerando um processo de internalização destes estigmas e produzindo sentimentos de auto-desvalorização, inferioridade e vergonha (Kools, 1997). Calheiros et al. (2015) apontam ainda que outra consequência particular das imagens sociais negativas é que elas podem induzir os indivíduos a comportarem-se de acordo com estes estereótipos e expectativas, promovendo, assim, sua validação e perpetuação.

Da mesma forma, as instituições de acolhimento carregam marcas de uma história repleta de violência e de segregação social. Calheiros et al. (2015) destacam que as imagens

sociais negativas sobre o acolhimento institucional ainda são provenientes da percepção das instituições enquanto “abrigos”, os quais recebiam um grande número de crianças e adolescentes, tendo um objetivo claro de higienização e correção. Kuznetsova (2005) aponta ainda que as instituições são percebidas como contextos com pouco contato com a comunidade, com falta de recursos e com profissionais pouco qualificados, onde os acolhidos encontram-se desamparados emocionalmente, expostos à vulnerabilidade e a riscos.

Um estudo português, sistemático e exploratório (Calheiros et al., 2015), verificou que, tanto para leigos quanto para trabalhadores da área de proteção, as imagens sociais das instituições de acolhimento eram, em sua maioria, positivas. Ainda assim, os dados sugerem que as instituições são percebidas de forma mais negativa para as crianças do que para os jovens, pois as crianças acolhidas demandariam maior amor e afeto, funções que, segundo os participantes, as instituições eram incapazes de suprir.

Em um estudo russo (Kuznetsova, 2005) que objetivou investigar os estereótipos atribuídos aos egressos de instituições de acolhimento, foram aplicados questionários abertos em representantes de diferentes grupos sociais, como professores, policiais, empresários, universitários, aposentados, trabalhadores das instituições de acolhimento, entre outros. Independente do grupo respondente, grande parte dos estereótipos atribuídos aos egressos foi negativa, sendo que a maioria dos participantes que já tinha visitado uma instituição de acolhimento utilizou a palavra “prisão” para caracterizá-la. Foi apontado, ainda, que o auxílio nas dificuldades materiais, educacionais e comportamentais apresentadas pelos jovens é tarefa exclusiva dos serviços socioassistenciais do governo.

Frente a este panorama, é necessário considerar que a demanda institucional é responsabilidade de todos aqueles que compõem esta realidade. Kuznetsova (2005) destaca que a resolução dos problemas institucionais requer uma mudança de atitude de toda a sociedade. Não importa o quão efetivo é o trabalho realizado nas instituições, se a comunidade tiver uma percepção negativa dos acolhidos, é possível que a adaptação pós-acolhimento não seja satisfatória.

Embora o tema do acolhimento institucional venha sendo frequentemente explorado através de pesquisas acadêmicas e discussões cotidianas, Fernandes e Oliveira-Monteiro (2016) destacam que o assunto requer maior aprofundamento e expansão para assegurar uma melhor qualidade nas intervenções que objetivam a promoção da saúde para essa população que vive em condições de risco e de vulnerabilidade. Estudar as imagens sociais de diferentes grupos é igualmente relevante, uma vez que interferem na maneira como as pessoas se

relacionam entre si e no modo como agem e se comportam com os demais (Domingues, 2013). As formas como os acolhidos e o contexto institucional são percebidos interferem diretamente nas práticas realizadas dentro e fora da instituição de acolhimento, bem como nos processos de reintegração do jovem na comunidade (Siqueira, Massignan, & Dell’Aglío, 2011; Vasconcelos, Yunes, & Garcia, 2009).

Diante disso, esta dissertação de mestrado teve como objetivo geral investigar e discutir as imagens sociais atribuídas às instituições de acolhimento e aos jovens institucionalizados, a partir de dois estudos empíricos e um capítulo final, no qual são integrados os principais resultados encontrados nas pesquisas, além de discutidas as limitações e sugestões para futuras pesquisas. A relevância da pesquisa encontra-se na possibilidade de aprofundar o conhecimento sobre as imagens sociais vinculadas ao contexto institucional e a sua população. Também é possível que, através dos dados obtidos na pesquisa, possam ser apresentados subsídios para um trabalho de sensibilização e conscientização da comunidade, assim como de educadores sociais e equipes técnicas, sobre as imagens sociais negativas associadas a este contexto, buscando mobilizar e fortalecer a rede de apoio e proteção.

CAPÍTULO II

Imagens Sociais Atribuídas às Instituições de Acolhimento

Resumo

Este estudo investigou as imagens sociais atribuídas às instituições de acolhimento, através de um questionário aberto, em que os participantes indicavam palavras que descrevessem as instituições. Participaram 202 pessoas selecionadas por conveniência, com idades entre 16 e 69 anos ($M=32,76$, $DP=11,67$), que indicaram 914 palavras para descrever as instituições. A partir de uma análise de conteúdo, foram identificadas categorias: (1) Acolhimento/Proteção ($n=336$), (2) Organização/Funcionamento ($n=232$), (3) Recursos ($n=229$), (4) Formação/Preparação ($n=73$), (5) Permanência/Provisoriedade ($n=18$), (6) Outros ($n=14$), sendo que em cada uma as palavras ainda foram classificadas em valência positiva ou negativa. Houve predominância da valência positiva em todas as categorias, sugerindo que as imagens sociais sobre as instituições, na percepção da maioria dos participantes, são positivas. Os dados indicam que as funções de acolhimento e organização, bem como a disponibilidade de recursos das instituições são mais reconhecidas pelos participantes. Esses resultados são discutidos e novos estudos são sugeridos.

Palavras-chave: imagens sociais; instituições de acolhimento; acolhimento institucional.

Abstract

This study investigated the social images assigned to residential care institutions, through an open questionnaire in which the participants indicated words to describe the institutions. The participants were 202 people selected by convenience, aged 16 to 69 years old ($M=32.76$, $SD=11.67$), who indicated 914 words to describe the institutions. Through content analysis, the following categories were identified: (1) Care/Protection ($n=336$), (2) Organization/Operation ($n=232$), (3) Resources ($n=229$), (4) Formation/Preparation ($n=73$), (5) Permanence/Temporariness ($n=18$), (6) Others ($n=14$), and each word was classified by its positive or negative valence. There was a predominance of positive valence in all categories, suggesting that social images of these institutions are perceived as positive by most of the participants. The data indicate that the functions of care and organization, as well as the availability of resources of the institutions are more recognized by the participants. The results are discussed and further studies are suggested.

Keywords: social images; residential care institutions; residential care

Introdução

As instituições foram se desenvolvendo ao longo da história da humanidade em quase todos os setores, com intuito de contribuir para a disciplinarização dos indivíduos, conforme os modelos de condutas e valores vigentes em cada época (Negrão & Constantino, 2011). Acolher crianças e adolescentes em instituições é um fenômeno antigo, sendo relevante retomar algumas questões históricas que seguem legitimando essa prática até os dias de hoje.

Desde o período colonial as instituições vêm marcando a história de crianças e jovens brasileiros. Nessa época, a prática de institucionalizar não era orientada por qualquer tipo de legislação. Apenas em 1927 foi outorgada a primeira legislação específica sobre crianças, o Código de Menores (Brasil, 1927), que foi reformulado em 1979 dando origem ao Novo Código de Menores (Brasil, 1979) que dispôs a respeito do “menor” em “situação irregular”. Apesar das reformulações, não houve avanços significativos quanto à humanização do atendimento prestado (Negrão & Constantino, 2011). O objetivo seguia sendo o da higienização e vigilância pública (Faleiros & Faleiros, 2008), de forma que as crianças e jovens considerados “desviantes” continuavam sendo afastados da convivência social e segregados em instituições totais (Goffman, 1961) com um funcionamento extremamente rígido e coletivizado.

A partir da década de 80, com o processo de redemocratização do Brasil, surgiram movimentos que defendiam os direitos de crianças e adolescentes e questionavam as formas de assistência prestadas até então. A promulgação da Constituição Federal em 1988 deu espaço à “Doutrina da Proteção Integral” que conferiu um lugar mais efetivo a crianças e adolescentes (Faleiros & Faleiros, 2008). Em 1990, diante da insustentabilidade da legislação vigente, houve a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), o qual consolidou novas formas de conceber a infância e a adolescência, trazendo mudanças quanto às práticas de cuidado em caso de situação de risco e afastamento familiar.

A partir do direito à convivência familiar e comunitária, o ECA determinou o fim do isolamento institucional presente em décadas anteriores (Rizzini & Rizzini, 2004; Silva, 2004). Conforme Silva e Arpini (2013), as orientações de cuidado começaram a ser repensadas, transformando crianças e adolescentes em sujeitos de direitos e de proteção. Neste sentido, foram previstas medidas de proteção para crianças e adolescentes que não tinham seus direitos respeitados ou eram expostos a riscos pessoais e sociais, como por exemplo, o acolhimento institucional. Com estas mudanças, crianças e adolescentes acolhidos passaram a ser vistos integralmente, de modo que a instituição teria a função de prover suas necessidades

básicas, mas também possibilitar relações afetivas duradouras e estáveis (Abaid, Siqueira, & Dell'Aglio, 2012), assegurando um espaço de socialização e de desenvolvimento (Siqueira & Dell'Aglio, 2006).

A primeira grande reforma no Estatuto da Criança e do Adolescente aconteceu através da Lei n. 12.010, a Nova Lei Nacional da Adoção (Brasil, 2009a) que reitera e detalha aspectos fundamentais dos direitos da criança e do adolescente já propostos pelo ECA (Brasil, 1990). A fim de assegurar o direito à convivência familiar e comunitária, estabeleceu que o acolhimento institucional não deveria ser a primeira opção frente à constatação de ameaça ou violação de direitos da criança ou do adolescente, evidenciando outras medidas de proteção possíveis. Com o mesmo objetivo, a Nova Lei Nacional da Adoção determinou que o limite de tempo da institucionalização deveria ser de, no máximo, dois anos, salvo comprovada necessidade, ratificando os aspectos referentes à provisoriedade da medida. A lei determinou ainda avaliações periódicas dos acolhidos a serem encaminhadas ao Juizado da Infância e da Juventude e acompanhamento sistemático das instituições de acolhimento através dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Embora o cenário de proteção à infância e à juventude tenha transformado-se muito nas últimas três décadas, tais mudanças não correspondem, necessariamente, a mudanças nas práticas cotidianas (Siqueira, 2012). De fato, as modificações introduzidas pelo ECA (Brasil, 1990) e pela Nova Lei Nacional da Adoção (Brasil, 2009a) ainda precisam ser mais bem atreladas às ações do Sistema de Garantia de Direitos e demais políticas públicas (Portella, 2012). Legitimar essas novas formas de funcionamento requer ainda um longo percurso (Silva & Arpini, 2013).

É preciso, portanto, repensar a relação que a sociedade construiu com as instituições, com os acolhidos e seus familiares (Arpini, 2003). Evidentemente o modo como as instituições de acolhimento, bem como crianças e adolescentes em situação de risco são vistos, mudou ao longo do tempo. Ainda assim algumas imagens e representações sociais permanecem no imaginário coletivo tendo em vista que foram construídas a partir de um longo processo histórico da institucionalização (Rizzini & Rizzini, 2004). A prática de retirar crianças de suas famílias e enviá-las para as instituições, onde passavam toda sua infância e adolescência segregados do convívio familiar e comunitário, deixou uma herança histórica e cultural que ainda exerce influência na atualidade (Rossetti-Ferreira, Serrano, & Almeida, 2011).

De fato, em qualquer grupo social são conferidos às pessoas certos atributos, ou seja, características que identificam os indivíduos como membros do grupo. Pode-se dizer que esses atributos e características compõem imagens sociais as quais consistem em ideias compartilhadas sobre determinadas pessoas, grupos ou sociedades, que persistem e se perpetuam mesmo na ausência de evidências objetivas de que são reais (Corsini, 1999). Essas imagens são resistentes a mudanças e tomam a forma de realidade social, gerando dinâmicas que condicionam os indivíduos e limitam suas possibilidades fora desta lógica (Casas, 1992).

De acordo com Domingues (2013), mesmo que o objetivo seja investigar as imagens sociais, é fundamental compreender alguns aspectos da teoria das representações sociais. De forma geral, as representações sociais foram definidas por Jodelet (1985) como uma forma de pensamento social, por vezes denominado saber de senso comum. Este tipo de saber caracteriza-se por ser uma forma de conhecimento prático, orientado para a comunicação e compreensão do contexto social, sendo construído e compartilhado socialmente (Spink, 1993).

As representações são uma forma de simplificar informação acerca de um determinado alvo e de torná-la familiar, sendo compreendidas como modos de classificar coisas ou indivíduos a partir da construção de teorias implícitas sobre eles, vinculadas às suas histórias ou as do grupo a que pertencem. O conteúdo destas classificações orienta o modo como nos relacionamos com os outros, como julgamos os seus comportamentos e como interagimos com eles (Moscovici, 2001).

É possível que estas imagens e representações levem a processos de estigmatização, de modo que os indivíduos tendem a rotular as diferenças entre grupos e a associá-las a características negativas levando a fenômenos cognitivos (estereótipos), emocionais (preconceitos) e comportamentais (discriminação) (Link & Phelan, 2001). Goffman (1982) salienta que o estigma é uma identidade social, ou seja, uma marca instituída de forma a definir previamente os atributos de quem a carrega, sendo exigido do indivíduo que se manifeste a partir desta identidade forjada.

A estigmatização das instituições de acolhimento carrega vestígios históricos marcados por um regime autoritário e segregador, práticas violentas e dificuldades na reinserção social (Arpini, 2003). Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) apontaram que em 2013 havia cerca de 37 mil crianças e adolescentes vivendo em 2.624 instituições de acolhimento (Assis & Farias, 2013). Desta forma, investigar as imagens sociais referentes às instituições de acolhimento faz-se importante, pois estes locais ainda recebem muitas crianças e adolescentes afastados da

família e tornam-se responsáveis, ainda que provisoriamente, pelo cuidado, suporte e desenvolvimento dos acolhidos.

Alguns estudos evidenciam as imagens negativas associadas às instituições de acolhimento. Fraga (2008) realizou uma pesquisa com agentes educadoras de uma instituição de acolhimento do interior de São Paulo, as quais representaram a instituição como um espaço do excluído e marginalizado, do abandono e da não possibilidade. De maneira geral, a instituição foi percebida como um lugar angustiante e de intenso sofrimento, sem garantias e perspectivas.

Outro estudo (Avoglia, Silva, & Mattos, 2012), realizado em uma instituição de acolhimento de São Paulo, verificou que entre os educadores sociais predominava a concepção de que a instituição é um local inapropriado para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, de forma que o ambiente institucional parecia fomentar os sentimento de insegurança, insuficiência e falta de perspectivas futuras em relação às crianças e adolescentes em acolhimento. Os autores salientam que esse posicionamento parece aumentar o descomprometimento com a tarefa de suporte aos acolhidos sob o entendimento de que, uma vez que se trata de um espaço provisório, por mais que façam, será sempre insuficiente.

Outras pesquisas, no entanto, indicam imagens positivas acerca das instituições e das experiências lá vivenciadas. Uma pesquisa realizada por Arpini (2003) com adolescentes institucionalizados verificou que, ainda que não fosse desejada, a instituição de acolhimento não tinha uma força negativa e destrutiva na vida desses adolescentes tal qual em décadas passadas. Pelo contrário, os entrevistados diziam se sentir protegidos da violência em que viviam antes de serem acolhidos, demonstrando que as lembranças institucionais eram, muitas vezes, menos traumáticas e dolorosas do que aquelas relativas à vivência familiar. Para Arpini (2003), a instituição geralmente representava um local de maior tranquilidade e suporte, até a possibilidade de reinserção.

Em um estudo recente de Rodrigues et al. (2014) foi observado que, embora os adolescentes institucionalizados tivessem apresentado índices mais elevados quanto à percepção de preconceito em comparação aos adolescentes que viviam com suas famílias, isso não se refletiu em médias significativamente mais baixas de autoestima. Esse último aspecto indicaria, conforme os autores, que as instituições de acolhimento podem representar um espaço de proteção capaz de fornecer, mesmo que de forma provisória, condições para um desenvolvimento saudável, auxiliando na elaboração do preconceito percebido.

Em Portugal, Santos (2009) realizou uma pesquisa com adultos-jovens que passaram por experiências de acolhimento institucional na sua infância ou adolescência a fim de investigar suas percepções acerca da influência que estas exerceram em suas vidas. Os resultados obtidos sugerem que, a maioria dos entrevistados atribui à vivência na instituição um papel fundamental no seu desenvolvimento pessoal e social, interferindo de forma positiva no percurso e nas condições de vida atuais.

De fato, os estudos sobre as instituições de acolhimento demonstram múltiplos olhares sobre este contexto. Apesar das discrepâncias, é importante destacar que, tanto no cenário nacional quanto no internacional intensificaram-se os movimentos que buscam qualificar os serviços de proteção destinados a crianças e adolescentes, resultando, sobretudo, na elaboração de orientações e parâmetros de atendimento (Brasil, 2006; Brasil, 2009b; Quality4Children, 2006; UNICEF, 2009).

A instituição de acolhimento, de modo geral, assume um lugar central na vida de muitas crianças e adolescentes, figurando como a principal fonte de suporte social e afetivo (Yunes, Miranda, & Cuello, 2004). A instituição pode proporcionar relações afetivas favoráveis à autoestima e ao sentimento de autoeficácia, aspectos que auxiliam na adaptação escolar e social e na elaboração de projetos de vida pelo acolhido (Moré & Sperancetta, 2010). Teixeira (2009) destaca que a instituição se configura, muitas vezes, como o primeiro ambiente para uma socialização verdadeira e adequada, no sentido de que oferece um espaço onde se encontram modelos normativos, regras, limites e valores. Além disso, outros aspectos positivos podem ser apontados como a prática de atividades lúdicas, os relacionamentos com outras crianças, as rotinas de limpeza e higiene (Siqueira, Tubino, Schwarz, & Dell’Aglío, 2009).

É necessário, portanto, investir neste espaço de forma a desestigmatizar as concepções socialmente estabelecidas (Siqueira & Dell’Aglío, 2006). Investigar as imagens sociais acerca das instituições, objetivo deste estudo, faz parte do processo de repensá-las e reformulá-las a fim de cumprir normativas legais e assegurar direitos fundamentais de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade.

Método

Este estudo é do tipo exploratório e descritivo, com delineamento qualitativo e está vinculado ao projeto de pesquisa denominado “As imagens sociais de crianças e jovens institucionalizados”, desenvolvido através da parceria do Instituto de Psicologia da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Participantes

O estudo foi realizado com 202 participantes residentes em três municípios do Rio Grande do Sul. Os participantes tinham idades entre 16 e 69 anos ($M=32,76$, $DP=11,67$), sendo a maioria do sexo feminino (79,2%), solteiro (51%), com ensino médio (48%) ou curso superior (37,6%), 55% conhecia alguma criança ou jovem acolhido institucionalmente e 42,1% trabalhava na área de crianças e adolescentes em risco e vulnerabilidade.

Instrumento

Foi utilizado um questionário elaborado especificamente para este estudo e adaptado do instrumento utilizado por Domingues (2013), em Portugal, em um estudo semelhante (ANEXO A). O questionário possui quatro versões diferentes e é composto por questões abertas acerca dos atributos associados à: 1) família de uma criança com *status* socioeconômico baixo e família de uma criança institucionalizada; 2) família de uma criança com *status* socioeconômico médio e família de uma criança institucionalizada; 3) família de um jovem com *status* socioeconômico baixo e família de um jovem institucionalizado; 4) família de um jovem com *status* socioeconômico médio e família de um jovem institucionalizado. Em todas as versões do questionário estava incluída uma questão referente às características atribuídas a uma instituição de acolhimento. Este estudo se focou na investigação dessas características.

Cada questionário iniciava com uma breve introdução que explicava os objetivos do estudo. Os diferentes cenários propostos foram apresentados aleatoriamente aos participantes, que foram solicitados a escrever cinco características que se associavam com cada um dos cenários apresentados. Ao final do questionário foram solicitadas informações sobre o contato que o participante tinha com crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade, bem como informações sociodemográficas, como idade, sexo e escolaridade.

Procedimentos e Considerações Éticas

O projeto de pesquisa do qual este trabalho faz parte foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (parecer nº 420.578 – ANEXO B). Os participantes foram acessados por conveniência em

diferentes instituições de acolhimento das cidades participantes e em locais de circulação pública, sendo convidados a participar do estudo. Foram oferecidas informações sobre os objetivos do estudo, sobre a voluntariedade da participação, a garantia de sigilo das informações pessoais e a possibilidade de desistência a qualquer momento do estudo. Todos participantes que concordaram em participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – ANEXO C).

Análise de Dados

O total de palavras apresentadas no questionário foi de 914, sendo que cada participante indicou de 0 a 05 palavras ($M=4,48$, $DP=1,07$). Para análise dos dados, foi realizada análise de conteúdo (Bardin, 1977/2004) a qual se caracteriza por um conjunto de técnicas de análise das comunicações que tem por finalidade identificar a significação do conteúdo que se está analisando a fim de fornecer indicadores úteis aos objetivos da pesquisa (Oliveira, Ens, Andrade, & Mussis, 2003). Bardin (1977/2004) aponta três principais etapas do desenvolvimento de uma análise de conteúdo. Na pré-análise foi realizada a organização do material de pesquisa, desde a delimitação de objetivos e hipóteses até a aplicação dos questionários e a digitação dos dados para análise subsequente. A segunda etapa é a descrição analítica que incluiu um estudo aprofundado das características atribuídas às instituições através dos procedimentos de classificação e agregação preliminar e posterior categorização. A terceira e última etapa, a interpretação referencial, se deu através da análise qualitativa dos dados, de forma a expandir as reflexões sobre o assunto e atribuir significados aos resultados.

Quanto à categorização, foram criadas seis categorias temáticas que agruparam as diferentes características atribuídas às instituições de acolhimento pelos participantes, conforme o seu significado. As categorias foram geradas *a posteriori*, a partir dos dados coletados. As características de cada categoria foram ainda classificadas de acordo com sua valência, positiva ou negativa. Com o objetivo de verificar a confiabilidade deste sistema de categorização foi testado o índice de concordância entre juízes, sendo observado um índice de concordância de 74,29%. As categorias são:

(1) Acolhimento/Proteção: Incluiu atributos relacionados ao acolhimento, proteção, afeto e cuidado que a instituição oferece. Exemplos: Valência positiva: Acolhedora, cuidadosa, afetiva; Valência negativa: Impessoal, solitária, distante.

(2) Organização/Funcionamento: Incluiu atributos referentes aos modos de organização, atuação e funcionamento da instituição de acolhimento. Exemplos: Valência

positiva: Estruturada, organizada, dinâmica, comprometida; Valência negativa: Despreparada, desorganizada, burocrática.

(3) Recursos: Incluiu atributos referentes à presença ou à ausência de recursos materiais e humanos da instituição bem como ao espaço físico. Exemplos: Valência positiva: Ampla, confortável, limpa, profissionais capacitados; Valência negativa: Falta de funcionários, sem recursos, precária.

(4) Formação/Preparação: Incluiu atributos referentes à presença ou ausência de preparação e formação para a vida da criança e do adolescente. Exemplos: Valência positiva: Educadora, orientadora, oportunizadora; Valência negativa: Não prepara para o futuro pessoal e profissional, dificuldade de trabalhar autonomia.

(5) Permanência/Provisoriedade: Incluiu atributos referentes a tempo de acolhimento, à permanência ou à provisoriedade da criança e do adolescente na instituição. Exemplos: Valência positiva: Provisória, lar temporário, transitoriedade; Valência negativa: Falta de definição de tempo máximo de permanência, paliativa.

(6) Outros: Agrupou atributos que não apresentaram valência clara ou que não se encaixaram nas categorias anteriores. Exemplos: Externa, várias instituições, feita.

Resultados e Discussão

Na Tabela 1 são apresentadas as frequências absolutas (f) e frequências relativas (%) das características atribuídas às instituições de acolhimento por categoria e por valência. Verificou-se que em todas as categorias predominaram as características de valência positiva, indicando que a maioria dos participantes tem uma imagem positiva das instituições de acolhimento. Foram realizadas análises inferenciais por sexo e por experiência no trabalho com crianças e adolescentes em situação de risco, através do teste de qui-quadrado, porém não foram observadas diferenças significativas nas frequências em cada categoria, indicando que as variáveis psicossociais parecem não influenciar nas imagens sociais sobre as instituições.

Tabela 1.

Frequência Absoluta e Frequência Relativa por Categoria e por Valência

Categoria	Palavras		Valência +		Valência -	
	f	%	f	%	f	%
Acolhimento/Proteção	342	37,42%	251	73,4%	91	26,6%
Organização/Funcionamento	238	26,04%	152	63,87%	86	36,13%
Recursos	229	25,05%	148	64,63%	81	35,37%
Formação/Preparação	73	7,99%	60	82,2%	13	17,8%
Permanência/Provisoriedade	18	1,97%	13	72,22%	5	27,78%
Outros	14	1,53%	-	-	-	-
TOTAL	914	100%	624	68,27%	276	30,2%

As categorias mais frequentes foram acolhimento/proteção, organização/funcionamento e recursos, na valência positiva. Esse resultado sugere mudanças na percepção acerca das instituições, indicando que alguns fatores podem estar auxiliando na desconstrução de estigmas e imagens sociais negativas. Rossetti-Ferreira et al. (2011) frisam que o tema do acolhimento institucional é bastante complexo, porém vem ganhando importantes espaços de discussão, seja no campo da elaboração de políticas públicas, seja no meio jurídico, científico e acadêmico.

É possível que estas imagens positivas resultem de um processo complexo e contínuo construído a partir da elaboração de leis e normativas, dos movimentos sociais em prol da maior qualificação dos serviços de acolhimento, bem como do aumento de pesquisas científicas na área. Silva e Arpini (2013) destacam que são indiscutíveis as modificações geradas pelas reformulações legais, sobretudo pela Nova Lei Nacional da Adoção (Brasil, 2009a), sendo notadas pelos profissionais das instituições (Silva & Arpini, 2013) e pelas famílias de crianças e jovens acolhidos (Rocha, Arpini, & Savegnago, 2015).

De qualquer forma, é importante ressaltar que, embora a aprovação de leis não seja suficiente para mudar uma realidade construída a partir de concepções tão arraigadas na nossa sociedade, espera-se que o aparato legal seja capaz de oferecer instrumentos para a mudança (Serrano, 2008). Torna-se fundamental, portanto, a constante capacitação dos indivíduos que atuam com crianças e a adolescentes acolhidos, para que estejam cada vez mais familiarizados

com as leis e normativas vigentes. Só assim será possível desconstruir práticas cristalizadas e cumprir integralmente o sistema de garantia de direitos referente a crianças e adolescentes.

Quanto às categorias, “Acolhimento e Proteção” foi aquela que, na visão dos participantes desse estudo, melhor descreveu uma instituição de acolhimento o que pode ser reflexo dessas novas funções que foram sendo atribuídas aos serviços ao longo dos anos. O “Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária” (Brasil, 2006) e as “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (Brasil, 2009b) recomendam que as instituições tenham uma atitude receptiva e acolhedora desde a chegada da criança e do adolescente até seu desligamento e estimulem uma relação afetiva, estável e individualizada entre cuidadores e acolhidos. Silva e Guimarães (2011) apontam que o próprio nome “acolhimento institucional” traduz o motivo e a função da existência de tais serviços, ou seja, oferecer proteção, cuidados e acompanhamento a crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados. O ECA (Brasil, 1990) esclarece que a função das instituições acolhedoras não é apenas a de suprir as necessidades básicas dos acolhidos, mas também possibilitar um espaço de socialização e de desenvolvimento.

Os aspectos relacionados à segunda categoria mais frequente, “Organização e Funcionamento”, também constam nas normativas legais as quais prevêem orientações metodológicas e parâmetros de atuação das instituições de acolhimento. A exigência da elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) pelas instituições de acolhimento objetiva, sobretudo, orientar a proposta de funcionamento interno da instituição, bem como os relacionamentos estabelecidos com a rede local, com as famílias e com a comunidade, de modo a traçar estratégias que melhorem o atendimento prestado (Brasil, 2009b). É importante que o projeto abarque alguns tópicos como objetivos e valores norteadores do serviço, organização das atividades e das responsabilidades, fluxo de atendimentos, regras de convivência, entre outros. Estes aspectos devem ser deliberados em grupo (equipe da instituição, acolhidos e famílias), havendo uma reflexão e análise coletiva. De forma geral, o Projeto Político-Pedagógico funciona como uma importante ferramenta de planejamento e avaliação para as instituições, buscando sempre a adequação ao sistema de garantia de direitos. A alta frequência de respostas nessa categoria indica que esses aspectos de organização e funcionamento das instituições estão sendo reconhecidos pela população, sugerindo que os objetivos propostos pelas normativas legais podem estar sendo atendidos.

As características referentes aos “Recursos” das instituições de acolhimento também foram bastante citadas pelos participantes. O documento de “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (Brasil, 2009b) dispõe a respeito de cada modalidade de acolhimento quanto aos seus aspectos físicos, recursos humanos (equipe profissional mínima), infra-estrutura e espaços sugeridos. Embora o ECA (Brasil, 1990) preveja destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude, sabe-se que muitas instituições ainda dependem de doações e ações beneficentes para complementar a sua renda (Negrão & Constantino, 2011). É fundamental que se lance um olhar aprofundado sobre os serviços de alta complexidade, de forma que os investimentos destinados às instituições sejam suficientes para proporcionar a constante manutenção e aperfeiçoamento da estrutura física e profissional, refletindo diretamente no desenvolvimento e bem-estar dos acolhidos. As frequências observadas nessa categoria podem indicar que, para os participantes deste estudo, há uma percepção de que as instituições oferecem os recursos necessários para o atendimento dos acolhidos.

Os atributos concernentes à categoria “Formação e Preparação” dos acolhidos foram menos citados pelos participantes, embora também sejam ações de responsabilidade das instituições acolhedoras. O “Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária” (Brasil, 2006) orienta que os serviços fortaleçam o desenvolvimento da autonomia e independência dos acolhidos para que participem dos processos de tomada de decisão e se tornem sujeitos ativos de sua própria história. Gulassa (2010) frisa que os serviços de acolhimento são simultaneamente de assistência social e educação, contribuindo para que crianças e adolescentes acolhidos adquiram consciência de si, fortaleçam sua identidade e construam seu lugar social. É preciso, portanto, que o acolhido seja estimulado a perceber suas potencialidades e supere a situação de estigmatização na qual se encontra. A preparação oferecida pela instituição deve sempre ser focada no evidente desligamento do acolhido, seja para o retorno ao convívio familiar ou com vistas à sua formação e qualificação profissional. Pode-se compreender que a baixa frequência de respostas nessa categoria pode estar refletindo ainda uma não efetivação satisfatória dos objetivos de formação e preparação dos acolhidos, apesar dos esforços legais. Talvez essa ainda seja uma área que possa receber maiores investimentos, através da capacitação contínua dos profissionais para atuarem junto às crianças e adolescentes, buscando fortalecer sua autonomia e independência. Estudos mostram que algumas instituições de acolhimento já estão se movimentando no sentido de oferecer cursos

profissionalizantes com o objetivo de preparar os jovens para o processo de desligamento e desenvolvendo projetos e oficinas que visem desenvolver as potencialidades dos acolhidos (Sommerhalder-Miike & Caldana, 2011; Vieira, 2011)

As palavras referentes à categoria “permanência/provisoriedade” foram as menos citadas, embora a provisoriedade da medida de acolhimento institucional seja princípio norteador das leis e normativas atuais. A Lei 12.010 (Brasil, 2009) determina que, salvo exceções justificadas, nenhuma criança ou adolescente deve permanecer mais de dois anos em serviços de acolhimento. Embora o processo de mapeamento, reaproximação e reinserção familiar seja delicado e complexo, o estabelecimento de um prazo fomenta um trabalho com vistas ao desligamento. Praticar o princípio da excepcionalidade e da brevidade gera um desconforto em função da necessária rearticulação entre a instituição e sua rede de apoio, incluindo o poder judiciário (Brito, Rosa, & Trindade, 2014). Alguns estudos (Brito et al., 2014; Vasconcelos et al., 2009) vêm demonstrando que o retorno ao convívio familiar e comunitário é dificultado por crenças e concepções idealizadas sobre família, fazendo com que as equipes técnicas, os membros do judiciário e as próprias famílias de origem acreditem que a instituição de acolhimento é o local mais apropriado para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Rossetti-Ferreira, Serrano e Costa (2011) lembram que não basta que a criança e o adolescente tenham uma família ideal ou que o ambiente de acolhimento seja fisicamente perfeito, pois os indivíduos se constituem através das relações e são significados por elas. Desta forma, muito mais importante que o sistema de cuidados oferecido (família de origem, reconstituída, adotiva, instituição) é como esse sistema opera para oferecer os cuidados necessários e quanto ele se mantém estável ao longo do tempo. Estudos vêm demonstrando que a determinação do prazo máximo de dois anos de acolhimento ainda não está sendo plenamente cumprida (Abaid, Dell’Aglia, & Koller, 2010; Siqueira & Dell’Aglia, 2010). Siqueira et al. (2011) verificaram que a carência de uma avaliação prévia da situação, considerando a motivação e a preparação da família e dos jovens para o processo de desligamento, assim como a falta de um acompanhamento sistemático do processo, dificultam o bom andamento de reinserções familiares e favorecem as reinstitucionalizações. Desta forma, é possível compreender que a baixa frequência nesta categoria pode estar refletindo as dificuldades que as instituições encontram para atingir esse objetivo.

Considerações Finais

Este estudo teve como principal objetivo investigar as imagens sociais acerca das instituições de acolhimento. As análises realizadas identificaram a predominância da valência positiva em todas as categorias, sugerindo que as imagens sociais sobre as instituições, na percepção da maioria dos participantes, são positivas. Os dados indicaram que as funções de acolhimento/proteção, de organização/funcionamento dos serviços e de disponibilidade de recursos, parecem estar mais presentes no imaginário social referente às instituições, enquanto que a função de formação/preparação dos jovens e a provisoriedade da medida foram aspectos menos relacionados às instituições de acolhimento.

É possível que as mudanças nas leis e normativas, juntamente com os movimentos sociais, as ações dos profissionais envolvidos e as pesquisas na área, vêm contribuindo amplamente para a produção de novas práticas sociais, alterando papéis e funções. Ainda assim, vale ressaltar que, embora este estudo tenha identificado imagens sociais positivas associadas às instituições de acolhimento, não significa que a realidade institucional esteja totalmente adequada aos parâmetros legais exigidos.

Acredita-se que o percurso ainda é longo e sempre haverá melhorias para serem implementadas e práticas a serem repensadas. O ECA e a Nova Lei Nacional da Adoção tornaram-se importantes instrumentos no processo de mudança, porém, sozinhos, nada modificam. Os atores envolvidos na rede socioassistencial são os principais efetivadores das leis e das transformações (Guará, 2006).

Mesmo que não se constituam uma solução a longo prazo, as instituições têm um papel central na vida de muitas crianças e adolescentes, de modo que é indiscutível a necessidade de investimentos financeiros e afetivos neste espaço de socialização. Certamente muitos estigmas e imagens negativas irão persistir, pois são resultantes de um longo processo histórico e social. Ainda assim, este estudo indica que mudanças positivas vêm ocorrendo, o que mostra uma evolução nas formas de garantir a proteção de crianças e adolescentes.

É importante que a instituição busque constantemente reconstruir sua identidade, saindo do lugar de exclusão e do abandono, marcas das instituições totais. O resgate e a valorização do papel do acolhimento institucional é algo a ser constantemente aspirado. Estimular o trabalho em rede, oferecer capacitações aos diferentes profissionais envolvidos e investir em políticas públicas. Fazer a revisão contínua dos objetivos e das práticas utilizadas, construir novas metodologias, efetivar novas parcerias. Os desafios se multiplicam à medida

em que a responsabilidade aumenta. Mais do que acolher crianças e adolescentes em situação de risco, acolhe-se no sentido pleno da palavra: acolhem-se histórias e vidas.

O contexto institucional é uma temática que não se esgota nunca, pois está em constante transformação, havendo sempre aspectos a serem questionados e discutidos. Este estudo tinha um objetivo exploratório e a amostra foi selecionada por conveniência, não sendo possível realizar inferências para outras realidades sociodemográficas. Portanto, sugere-se, para estudos futuros, a composição de amostras mais representativas da população e que outras pesquisas qualitativas possam aprofundar a investigação das imagens sociais, através de entrevistas e grupos focais, oportunizando maior visibilidade aos estigmas e às crenças dos participantes quanto às instituições de acolhimento. Destaca-se também a necessidade de que novas pesquisas busquem compreender como essas imagens sociais identificadas afetam as relações e as práticas de trabalho com crianças e adolescentes acolhidos de forma a garantir seu papel protetivo junto à sociedade e possibilitar a criação de estratégias de prevenção e intervenção para melhorar os contextos institucionais e as práticas profissionais.

CAPÍTULO III

Imagens Sociais Sobre Jovens em Acolhimento Institucional

Resumo

Este estudo investigou as imagens sociais associadas aos jovens em situação de acolhimento institucional e jovens típicos. Participaram 224 pessoas selecionadas por conveniência, com idades entre 18 e 71 anos ($M=33,97$, $DP=11,42$), sendo que 68,4% já tiveram contato com adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco. Foi utilizado um questionário fechado, com 37 palavras para descrever os jovens, com itens em escala *Likert*. Os resultados indicaram que as características negativas foram mais associadas aos jovens em acolhimento institucional. Análises posteriores apontaram que os participantes que tinham contato com populações em situação de vulnerabilidade e risco percebem os jovens acolhidos como menos batalhadores do que os demais participantes, mas esse contato pouco interfere na percepção acerca dos mesmos. A partir disso, é importante a elaboração de estratégias que levem a uma reflexão social sobre as imagens vinculadas a esses jovens. Destaca-se também a necessidade de capacitação para os profissionais que atuam com esta população, com o objetivo de promover a consciência sobre a estigmatização desses jovens e garantir um acompanhamento favorável ao seu desenvolvimento.

Palavras-chave: jovens em acolhimento; acolhimento institucional; institucionalização; imagens sociais

Abstract

This study investigated the social images associated with young people in residential care and typical young people. The participants were 224 people selected by convenience, with ages between 18 to 71 years old ($M=33.97$, $SD=11.42$), 68.4% of them had contact with teenagers in vulnerability and risk. The instrument used was a *Likert* scale questionnaire with 37 words describing young people. The results indicated that negative characteristics were more associated to the young people living in residential care. Subsequent analysis showed that participants who had contact with young people in vulnerability and risk perceive young people in residential care as less hard working than the other participants, but this contact not interfere significantly in the perception about them. Therefore, it is important to devise social strategies to discuss the images related to these young people. Professionals who work in

these institutions need training in order to raise an awareness of stigmatization and achieve a favorable monitoring of their development.

Keywords: youth in care; residential care; institutionalization; social images

Introdução

Desde o Período Colonial as instituições fazem parte da realidade social brasileira (Rizzini & Rizzini, 2004), embora, ao longo dos anos, venham apresentando importantes mudanças na tentativa de se adequar às leis e normativas vigentes em cada período. Em função dessas transformações, a temática do acolhimento institucional vem ganhando cada vez mais espaços de discussão e reflexão (Rossetti-Ferreira et al., 2012).

A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), ocorreram importantes modificações no campo da proteção à infância e à adolescência, sobretudo em função da maior valorização destes períodos. A garantia de direitos e a “Doutrina da Proteção Integral” ofereceram a crianças e jovens um novo posicionamento social, tornando-os prioridade absoluta em todos os âmbitos sociais. O reordenamento institucional, proposto pelo ECA (Brasil, 1990), teve por objetivo qualificar e adequar os serviços de acolhimento às leis propostas e vem sendo implementado paulatinamente, a partir de um amplo processo de práticas interligadas.

A Nova Lei Nacional da Adoção (Brasil, 2009a) ratificou as propostas do ECA, dispondo a respeito do aperfeiçoamento da sistemática prevista para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária a todas as crianças e adolescentes. O conceito de família também se ampliou, valorizando as diversas formas de estrutura familiar, próprias da cultura familiar brasileira (Assis & Farias, 2013). A determinação de um prazo máximo de dois anos de acolhimento bem como a reiteração da excepcionalidade desta medida de proteção reafirmaram o caráter provisório da institucionalização e a importância de que crianças e adolescentes cresçam junto às suas famílias.

Essas determinações legais foram importantes para a reestruturação da rede de proteção e das políticas públicas destinadas à infância e à adolescência. Ainda assim, a história marcada pelas instituições totais (Goffman, 1961) e por suas práticas higienistas e correccionais parecem ter produzido estigmas que ainda hoje circulam no imaginário social. Considera-se que as imagens sociais estão diretamente relacionadas a esses estigmas e correspondem a uma forma de classificar sujeitos a partir da construção de teorias implícitas sobre eles (Major & O'Brien, 2005). Dessa forma, as imagens sociais são uma construção

social, um protocolo fixado por uma determinada sociedade e em um determinado período. São resistentes a mudanças, sendo amplamente compartilhadas e estando presentes no cotidiano através das relações e interações estabelecidas, interferindo na forma de agir e de perceber os indivíduos (Casas, 2010).

Se por um lado há uma representação mais positiva em relação às instituições de acolhimento, por outro, parece permanecer uma representação social que classifica as pessoas que compõem esse universo (Arpini, 2003; Calheiros et al., 2015). De acordo com Casas et al. (2000), crianças e adolescentes em situação de institucionalização são rotulados socialmente e prevalecem ideias negativas sobre esses grupos. Estudos vêm demonstrando o quanto estes estereótipos negativos podem afetar o bem-estar e o ajustamento psicológico dos indivíduos, estando associados ao estresse, à depressão, ao medo, à baixa autoestima, entre outros (Major & O'Brien, 2005).

Apesar das mudanças ocorridas a partir das novas legislações brasileiras, a imagem social do acolhido continua atrelada às características negativas e pejorativas construídas ao longo dos séculos. Portella (2012) destaca que, especialmente a adolescência institucionalizada permanece sendo alvo de preconceitos e de acesso precarizado a direitos, acarretando sua invisibilidade perante a sociedade.

Quando se trata de adolescentes em medida de proteção, a relevância do assunto parece não ser tão explícita como a discussão sobre crianças nesta mesma situação. Portella (2012) ressalta que, em geral, ao pensar-se sobre a temática da institucionalização, o que vem à memória são as crianças órfãs e violentadas ou ainda os adolescentes que cometeram atos de infração. Arpini (2003) destaca que os adolescentes institucionalizados ainda são marcados por um forte estigma social e, via de regra, são julgados como se, necessariamente, carregassem problemas em suas “bagagens”.

Nessa realidade, pode ser observada uma culpabilização do indivíduo, sem que seja considerada a historicidade das situações ou dos acontecimentos. Por muito tempo os jovens que haviam cometido atos infracionais eram conduzidos às mesmas instituições onde encontravam-se jovens acolhidos por outros motivos, como o abandono e a pobreza. Assim, lembra Arpini (2003), ainda há uma tendência a não discriminar as situações que levaram os jovens a serem institucionalizados, havendo uma similar estigmatização. Não é feito um esforço para compreender o que os levou a esses serviços, em geral, resultado de uma violência estrutural da sociedade ou da negligência e violência praticadas por suas famílias (Arpini, 2003; Portella, 2012).

Nessas situações, a instituição de acolhimento configura-se, muitas vezes, como a principal fonte de apoio e proteção para muitas crianças e adolescentes (Siqueira et al., 2009). Deste modo, as relações estáveis e satisfatórias com os pares e outras pessoas significativas para o acolhido são extremamente importantes, reforçando o sentimento de pertença e o desenvolvimento de um processo resiliente. Dalbem e Dell’Aglia (2008) apontam o valor indiscutível do papel dos cuidadores para a efetivação dos processos de superação e enfrentamento das situações adversas em jovens em acolhimento. Mota e Matos (2010), em estudo realizado em Portugal, destacaram os efeitos positivos do bom relacionamento entre jovens acolhidos e os profissionais da instituição sobre o desenvolvimento de competências sociais, sobretudo o autocontrole, a empatia e a assertividade.

Ainda assim, muitas vezes, a estigmatização dos jovens em acolhimento provém e é sustentada por aqueles que trabalham ou têm contato com essa população, podendo, inclusive, dificultar as tentativas de reinserção do acolhido no ambiente familiar, interferindo diretamente no tempo de institucionalização (Vasconcelos et al., 2009), na construção de identidade e nas vivências pós-acolhimento. Portanto, compreender as crenças e percepções destes indivíduos acerca dos jovens institucionalizados torna-se fundamental, pois podem interferir amplamente na dinâmica das relações e no funcionamento dos serviços.

Um estudo qualitativo conduzido por Arpini (2003) investigou a realidade institucional a partir do discurso dos adolescentes que lá residiam. Foi identificado que os profissionais das instituições de acolhimento também possuíam imagens negativas sobre esses jovens, interferindo em suas práticas cotidianas. A autora conclui que a desqualificação e desvalorização desses jovens reproduz o estigma social, culpabilizando crianças e adolescentes pela sua condição.

Dados semelhantes foram verificados por Fraga (2008), em um estudo com agentes educadoras de uma instituição de acolhimento do interior de São Paulo. O discurso das funcionárias da instituição evidenciou a presença de uma imagem negativa do local, representado como um espaço do excluído e marginalizado, do abandono e da não possibilidade. Quanto aos acolhidos, predominaram as imagens referentes ao trauma, à infelicidade, sofrimento, carência e tristeza.

Em outra pesquisa, Negrão e Constantino (2011) constataram que as concepções dos funcionários sobre as crianças e adolescentes acolhidos transitam entre dois pólos: em alguns momentos há uma vitimização dos acolhidos, exigindo “amor, doação, tolerância, paciência” dos profissionais, e em outros passam a ser vistos sob o estigma da culpabilização, sendo

taxados de “violentos”, “revoltados” e “problemáticos”. Neste último caso, o acolhimento seria uma forma de punição.

Outra perspectiva a ser considerada é a imagem social do acolhido relacionada ao ambiente escolar, um dos contextos primários de socialização. A escola não está isenta de influências sociais, pois também é perpassada pela matriz sociohistórica da institucionalização da infância e da adolescência. Baseada na tradição moderna de educação, a escola construiu uma categoria de aluno idealizada, para a qual estaria preparada, com a qual se identifica e da qual o indivíduo em acolhimento institucional – marginalizado e fracassado, de acordo com o discurso hegemônico – não faz parte, sendo excluído e silenciado. A diferença entre os alunos idealizados e os reais parece estar na origem de diversos conflitos escolares (Buffa, Pauli-Teixeira, & Rossetti-Ferreira, 2010). Estudos nacionais e internacionais identificaram crenças negativas a respeito de crianças e adolescentes institucionalizados por parte dos profissionais das escolas (Costa, 2005; Santos, 2009), resultando em baixas expectativas quanto ao futuro dos jovens e em processos de discriminação e exclusão.

Aspectos macrossistêmicos como crenças, valores e representações negativas associadas aos acolhidos e às suas famílias parecem interferir nas práticas sociais de atendimento, dificultando e prorrogando o retorno à convivência familiar (Siqueira et al., 2011; Vasconcelos et al., 2009). Mais do que desempenhar a função crucial de educar, acompanhar o desenvolvimento e propiciar bem-estar, os profissionais das instituições participam do processo de resgate e reconstrução da história individual de cada acolhido. É importante que as práticas estejam sempre sendo repensadas e discutidas e que os profissionais sejam continuamente apoiados e qualificados (Siqueira et al., 2009).

Considerando que as instituições de acolhimento passam a fazer parte do sistema de apoio social e afetivo dos adolescentes e que se configuram como o principal contexto de cuidado, proteção, socialização e desenvolvimento, é necessária uma reflexão sobre as crenças e imagens sociais associadas aos jovens em acolhimento. Desta forma, este estudo, do tipo exploratório, descritivo e quantitativo, teve por objetivo investigar e discutir as imagens sociais atribuídas a jovens institucionalizados, comparando indivíduos que já tiveram contato ou não com este público-alvo.

Este estudo faz parte do projeto de pesquisa denominado “As imagens sociais de crianças e jovens institucionalizados”, desenvolvido através de uma parceria articulada entre o Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Dessa forma, estudos exploratórios com objetivos

similares vêm sendo realizados tanto no Brasil como em Portugal (Calheiros et al., 2015, Domingues, 2013), tendo havido uma primeira etapa de pesquisa mais qualitativa e uma segunda etapa, na qual se insere este estudo, realizada a partir de instrumentos derivados dos dados iniciais, conforme será descrito na metodologia.

Método

Participantes

O estudo foi realizado com 224 participantes, selecionados por conveniência. Os participantes tinham idades entre 18 e 71 anos ($M=33,97$, $DP=11,41$), sendo a maioria do sexo feminino (83,6%), solteiro (52,1%), com ensino médio (11,5%), curso superior (84,7%) ou pós-graduação (27,3%). Quanto à área de atuação, 68,4% da amostra já teve ou tem contato profissional com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco, sendo 37,4% na área de assistência social, 20,1% na área de educação, 17,8% na área de saúde e 5,1% na área da justiça.

Instrumento

O questionário utilizado nesse estudo (ANEXO D) foi construído a partir dos dados coletados em um questionário aberto na primeira etapa da pesquisa na qual foi realizado um levantamento das palavras mais frequentes utilizadas para descrever os jovens (jovens institucionalizados, jovens não institucionalizados de nível socioeconômico baixo e jovens não institucionalizados de nível socioeconômico médio). A partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977/2004) e da categorização das palavras utilizadas pelos participantes para descrever os jovens, foi elaborado um questionário fechado de auto-relato com as palavras mais frequentes identificadas no questionário aberto. O questionário foi composto por 37 palavras de valência negativa ou positiva, em que o participante respondia em uma escala *likert* de cinco pontos, o quanto considerava que as características descreviam um jovem típico brasileiro e um jovem institucionalizado. Posteriormente as mesmas palavras foram rerepresentadas, sendo solicitada a avaliação quanto a sua valência (muito negativa, negativa, neutra/indiferente, positiva, muito positiva), considerando um jovem de forma geral. O instrumento também investigou informações sociodemográficas, como idade, sexo, escolaridade, estado civil, renda, e se os participantes tinham/tiveram contato com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade e risco, bem como sua área de atuação: saúde, educação, assistência social e/ou justiça.

Procedimentos e Considerações Éticas

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ANEXO B). Os participantes foram acessados por conveniência, em diferentes instituições de acolhimento institucional das cidades participantes e em locais de circulação pública, sendo convidados a participar do estudo. Foram oferecidas informações sobre os objetivos do estudo, sobre a voluntariedade da participação, a garantia de sigilo das informações pessoais e a possibilidade de desistência a qualquer momento do estudo. Os participantes que concordaram em participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – ANEXO E). Os dados do instrumento foram digitados em planilha eletrônica no software SPSS para posterior análise.

Resultados

Inicialmente foi realizada uma análise para avaliar as valências das 37 características utilizadas no instrumento. A partir das médias apresentadas na escala *likert*, as valências foram classificadas em positiva, neutra ou negativa, considerando o ponto de corte estabelecido pelos pesquisadores: valência negativa para médias entre 1 a 2,5 pontos; neutra entre 2,6 a 3,4; e positiva para médias entre 3,5 e 5 pontos. As palavras agressivo, baixa auto-estima, carente, com problemas, desinteressado, desmotivado, frustrado, inseguro, revoltado, sozinho, traumatizado, triste e vulnerável foram classificadas com valência negativa; ansioso, ciumento, humilde, introvertido, calmo, estável e sensível apresentaram valência neutra; enquanto que amado, apresentável, batalhador, bom aluno, carinhoso, confiante, descontraído, educado, empenhado, feliz, inteligente, protegido, responsável, saudável, sociável, sonhador e trabalhador apresentaram valência positiva.

Para as análises posteriores foram retiradas as características de valência neutra, mantendo-se as 30 características classificadas como positivas ou negativas. Foram então realizadas análises para comparar os resultados entre os grupos de jovens típicos e em acolhimento institucional, além de comparar os grupos de participantes com contato e sem contato com jovens em situação de risco e vulnerabilidade. A Tabela 2 apresenta as médias e desvios padrão das características considerando os jovens típicos e os jovens em acolhimento institucional, além dos resultados referentes ao Teste *t*.

Tabela 2.

Médias e Desvios Padrão das Características de Jovens Típicos e em Acolhimento Institucional

Características	Jovens típicos	Jovens institucionalizados	<i>t</i>	<i>p</i>
Agressivo	3,02 (0,72)	3,57 (0,79)	8,080	<0,001
Amado	3,01 (0,70)	2,44 (0,79)	7,769	<0,001
Apresentável	3,00 (0,70)	2,53 (0,75)	6,980	<0,001
Baixa Autoestima	3,05 (0,74)	3,55 (1,06)	6,125	<0,001
Batalhador	3,03 (0,82)	2,58 (0,87)	6,239	<0,001
Bom Aluno	2,71 (0,62)	2,44 (0,82)	3,920	<0,001
Carente	3,37 (0,88)	3,92 (0,99)	6,917	<0,001
Carinhoso	2,94 (0,72)	2,83 (0,77)	1,699	0,091
Com problemas	3,48 (0,84)	4,07 (0,85)	7,750	<0,001
Confiante	2,77 (0,82)	2,34 (0,80)	6,212	<0,001
Descontraído	3,34 (0,85)	2,70 (0,14)	9,035	<0,001
Desinteressado	3,16 (0,82)	3,33 (0,82)	2,291	0,023
Desmotivado	3,12 (0,91)	3,50 (0,92)	4,410	<0,001
Educado	2,83 (0,75)	2,60 (0,76)	3,314	0,001
Empenhado	2,76 (0,76)	2,48 (0,82)	4,406	<0,001
Feliz	3,12 (0,75)	2,50 (0,81)	9,258	<0,001
Frustrado	2,98 (0,79)	3,51 (0,91)	6,401	<0,001
Inseguro	3,38 (0,82)	3,62 (0,91)	3,176	0,002
Inteligente	3,35 (0,82)	3,06 (0,69)	4,596	<0,001

Protegido	2,67 (0,80)	2,46 (1,00)	2,436	0,016
Responsável	2,68 (0,76)	2,60 (0,78)	1,213	0,227
Revoltado	3,22 (0,89)	3,75 (0,93)	6,390	<0,001
Saudável	3,10 (0,85)	2,93 (0,73)	2,453	0,015
Sociável	3,07 (0,93)	2,72 (0,80)	4,743	<0,001
Sonhador	3,59 (0,95)	3,28 (0,92)	4,280	<0,001
Sozinho	2,91 (0,84)	3,55 (0,97)	7,562	<0,001
Trabalhador	2,93 (0,85)	2,71 (0,79)	3,118	0,002
Traumatizado	2,92 (0,82)	3,75 (0,93)	10,728	<0,001
Triste	2,82 (0,79)	3,50 (0,89)	8,924	<0,001
Vulnerável	3,39 (0,85)	3,91 (0,91)	7,143	<0,001

As médias totais das características variaram de 2,34 a 4,07 ($M=3,07$, $DP=0,42$), sendo que as médias mais altas foram relativas às características: com problemas, carente, vulnerável, revoltado e traumatizado; e as mais baixas referentes às características: confiante, bom aluno, amado e protegido. Observou-se, ainda, que entre as médias com escores acima de 3 em ambos os grupos, predominaram palavras negativas, como agressivo, baixa autoestima, carente, com problemas, desmotivado, inseguro, revoltado e vulnerável, por exemplo. No entanto, o Teste *t* para amostras pareadas apontou diferenças significativas ($p<0,05$) entre os dois grupos de jovens na maioria das características, com exceção das palavras carinhoso e responsável. Entre os jovens típicos as médias significativamente mais altas predominaram em palavras de valência positiva, como por exemplo, amado, apresentável, batalhador, saudável, sociável, sonhador e trabalhador. Entre os jovens em acolhimento institucional, as médias significativamente mais altas predominaram em palavras de valência negativa, tais como agressivo, baixa autoestima, carente, com problemas, traumatizado e vulnerável.

A Tabela 3 apresenta os resultados das médias e dos desvios padrão de cada característica considerando os jovens típicos e os jovens em acolhimento institucional por

grupo de participantes respondentes, sem ou com contato com crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade.

Tabela 3.

Médias e Desvios Padrão das Características de Jovens Típicos e em Acolhimento Institucional por Grupo de Participantes (Sem Contato e Com Contato)

Características	Típicos		Institucionalizados	
	Sem contato	Com contato	Sem Contato	Com contato
Agressivo	2,99 (0,80)	3,11 (0,72)	3,47 (0,88)	3,62 (0,74)
Amado	3,04 (0,74)	2,99 (0,70)	2,35 (0,83)	2,48 (0,78)
Apresentável	2,91 (0,81)	3,04 (0,67)	2,38 (0,83)	2,60 (0,70)
Baixa Autoestima	2,97 (0,79)	3,11 (0,73)	3,55 (1,24)	3,57 (0,97)
Batalhador	3,31 (0,89)*	2,87 (0,77)	2,88 (0,90)*	2,43 (0,83)
Bom Aluno	2,79 (0,72)	2,66 (0,60)	2,56 (0,96)	2,38 (0,75)
Carente	3,36 (1,01)	3,38 (0,84)	3,97 (1,02)	3,91 (0,99)
Carinhoso	3,06 (0,77)	2,85 (0,69)	2,70 (0,87)	2,89 (0,71)
Com problemas	3,70 (0,90)*	3,42 (0,79)	4,02 (0,93)	4,13 (0,80)
Confiante	2,88 (0,87)	2,69 (0,78)	2,39 (0,95)	2,30 (0,71)
Descontraído	3,57 (0,85)*	3,24 (0,82)	2,56 (0,93)	2,74 (0,72)
Desinteressado	3,03 (0,95)	3,24 (0,80)	3,24 (0,91)	3,39 (0,77)
Desmotivado	2,94 (1,02)	3,26 (0,86)*	3,52 (1,05)	3,51 (0,86)
Educado	2,96 (0,86)	2,76 (0,71)	2,62 (0,83)	2,57 (0,73)

Empenhado	3,04 (0,78)*	2,65 (0,76)	2,61 (0,89)	2,39 (0,76)
Feliz	3,27 (0,79)*	3,03 (0,73)	2,47 (0,84)	2,49 (0,79)
Frustrado	2,88 (0,86)	3,01 (0,77)	3,55 (1,05)	3,49 (0,86)
Inseguro	3,36 (0,96)	3,44 (0,79)	3,56 (0,96)	3,65 (0,89)
Inteligente	3,46 (0,85)	3,27 (0,82)	3,09 (0,69)	3,03 (0,69)
Protegido	2,61 (0,87)	2,69 (0,78)	2,36 (1,00)	2,50 (1,01)
Responsável	2,69 (0,85)	2,63 (0,69)	2,67 (0,86)	2,58 (0,75)
Revoltado	3,25 (1,00)	3,27 (0,83)	3,79 (0,96)	3,75 (0,91)
Saudável	3,01 (0,89)	3,15 (0,87)	2,83 (0,79)	2,98 (0,72)
Sociável	3,25 (0,97)*	2,97 (0,88)	2,74 (0,88)	2,71 (0,74)
Sonhador	3,97 (0,83)*	3,38 (0,94)	3,44 (0,87)	3,20 (0,91)
Sozinho	2,82 (0,85)	2,98 (0,85)	3,65 (1,10)	3,51 (0,90)
Trabalhador	3,16 (0,94)*	2,79 (0,81)	2,79 (0,90)	2,70 (0,74)
Traumatizado	2,84 (0,96)	2,97 (0,72)	3,77 (1,00)	3,73 (0,91)
Triste	2,81 (0,85)	2,86 (0,78)	3,53 (1,04)	3,49 (0,83)
Vulnerável	3,28 (0,96)	3,49 (0,81)	3,74 (1,04)	3,99 (0,87)

*p<0,05

As análises através do Teste *t* para amostras independentes apontaram diferença significativa em algumas características considerando quem teve contato e quem não teve contato com jovens em situação de vulnerabilidade e risco. Com relação aos jovens típicos foram: batalhador ($p<0,01$), com problemas ($p<0,025$), descontraído ($p<0,008$), desmotivado ($p<0,018$), empenhado ($p<0,001$), feliz ($p<0,036$), sociável ($p<0,038$), sonhador ($p<0,01$) e trabalhador ($p<0,004$). Na maioria delas as médias foram maiores no grupo de participantes

que não teve contato com jovens em situação de vulnerabilidade e risco, com exceção da característica desmotivado, que apresentou média mais alta entre os participantes que tiveram contato. Em relação aos jovens em acolhimento, apenas um atributo apresentou média com diferença significativa entre os dois grupos de participantes (com contato e sem contato): batalhador ($p < 0,001$), considerando que o grupo de participantes com contato com jovens em vulnerabilidade e risco apresentou uma média menor, indicando que estes participantes consideravam os jovens em acolhimento menos batalhadores do que os participantes sem contato com esta população.

Discussão

A partir da observação dos resultados referentes às médias das características atribuídas aos jovens típicos e em acolhimento institucional, foram observadas médias mais altas (acima do escore 3) em características negativas para ambos os grupos. Sendo a adolescência uma construção social (Bock, 2004), essas crenças e representações negativas acerca dos jovens em geral ainda estão associadas a uma concepção prévia e naturalizada da adolescência como um período conflituoso e instável, repleto de crises e situações problemáticas. Dessa forma, quando os participantes foram solicitados a caracterizar um jovem de modo geral, reproduziram o que socialmente tem sido atribuído aos adolescentes na nossa sociedade, referente, sobretudo, a uma instabilidade e turbulência emocional, ideia postulada pelos primeiros teóricos que estudaram a adolescência, por exemplo Stanley Hall (Grossman, 2010).

No entanto, os resultados da análise estatística mostraram que as características consideradas positivas foram significativamente associadas aos jovens típicos, enquanto que os atributos considerados negativos foram significativamente associados aos jovens em acolhimento institucional. Estes resultados estão de acordo com a literatura que vem apontando que crianças e jovens institucionalizados são rotulados socialmente e que prevalecem imagens sociais negativas (Arpini, 2003; Portella, 2012). Em estudo similar realizado em Portugal, Calheiros et al. (2015) verificaram que as imagens sociais atribuídas aos jovens em situação de acolhimento são vinculadas, sobretudo, a características de comportamento externalizante, como “agressivo” e “rebelde”. Embora os adolescentes de modo geral recebam rótulos negativos, o processo de estigmatização parece ser ainda mais intenso quando se trata de jovens em situação de risco e vulnerabilidade social como aqueles que se encontram em acolhimento institucional. Esses jovens carregam consigo vestígios

familiares motivadores do acolhimento, bem como a história das próprias instituições, marcada por um regime autoritário, práticas violentas e dificuldades na retomada da convivência comunitária (Arpini, 2003).

Mesmo que o ECA (Brasil, 1990) tenha consolidado novas práticas de cuidado e de atendimento à população em situação de acolhimento institucional, parecem perdurar os estigmas construídos desde o período colonial, mantendo-se enraizados no imaginário social. Um dos aspectos que parece estar associado à atribuição de características negativas aos jovens institucionalizados refere-se à idealização da família como a única capaz de possibilitar o pleno desenvolvimento de seus membros. Dessa forma, a família do adolescente acolhido, a partir de uma concepção social naturalizada, é vista como incapaz de cumprir seu papel, sendo caracterizada como desestruturada (Domingues, 2013) e acomodada frente à situação em que se encontra (Vectore & Carvalho, 2008). O jovem acolhido acaba sendo englobado por essas crenças, sendo percebido como uma extensão de sua família, carregando consigo as mesmas características associadas a ela (Arpini, 2003; Casas, 2010).

Embora o acolhimento institucional traga muitas mudanças na vida de uma criança ou de um adolescente, os impactos causados pela violência e negligência ocorridas antes do acolhimento institucional tendem a gerar consequências mais devastadoras do que a própria institucionalização. Schütz, Sarriera, Bedin e Montserrat (2014) destacam que as baixas médias de bem-estar subjetivo encontradas em crianças acolhidas parecem estar amplamente relacionadas à instabilidade, ao abandono, à negligência e aos maus-tratos experienciados antes do acolhimento. Evidencia-se com isso, que a imagem social negativa concernente aos jovens institucionalizados pode estar diretamente associada aos motivos que os levaram à institucionalização, não sendo, necessariamente, decorrente da medida de proteção em si.

A estabilidade relacional proporcionada pelas instituições pode atuar de maneira positiva e compensatória. A instituição e os demais equipamentos sociais têm a função de, justamente, trabalhar com as demandas já existentes e possibilitar novas relações e experiências significativas. Alguns estudos têm evidenciado as potencialidades desta medida, referentes, sobretudo, à proteção e à resiliência diante de situações tão adversas decorrentes da violação de direitos (Álvares & Lobato, 2013; Rodrigues et al., 2014).

Apesar das inovações legais e políticas que visam a romper com a cultura da institucionalização, o acolhimento institucional ainda não é entendido como um direito desses sujeitos, indicando que é preciso investir em estratégias de modificação do imaginário social associado a essas situações, tendo em vista que os estigmas podem trazer marcas doloridas e

definitivas para os sujeitos. A imagem que se tem de um jovem institucionalizado, quando compartilhada socialmente, interfere diretamente na forma como o jovem se percebe e como os grupos sociais o recebem, integrando-o ou não naquele contexto. Os próprios jovens consideram que a condição de institucionalização lhes confere uma identidade social, marcando-os como diferentes perante a sociedade e os tornando, potencialmente, alvos de preconceito (Buffa et al., 2010; Rodrigues et al., 2014)

As características atribuídas aos jovens institucionalizados pouco variaram entre os grupos de participantes (com contato ou sem contato), sendo possível avaliar que as percepções e concepções sobre esta população dependem pouco das relações ou do contato proximal. Tal resultado também foi encontrado no estudo de Calheiros et al. (2015), o qual verificou que crianças e jovens institucionalizados são vistos como vítimas, e que essa imagem social é generalizada entre profissionais da área e pessoas leigas. Acredita-se, portanto, que os aspectos mais amplos relativos à história das instituições, aos valores e aos estigmas associados à cultura da institucionalização são mais determinantes na atribuição de características aos diferentes tipos de jovens do que o contato com os mesmos.

Neste estudo, as análises evidenciaram que apenas uma característica apresentou diferença estatisticamente significativa entre os grupos, indicando que os participantes que tinham contato com jovens em situação de risco e vulnerabilidade viam os jovens em acolhimento como menos batalhadores do que os demais participantes. Embora nem todos os participantes com contato atuassem diretamente em instituições de acolhimento, esperava-se que tivessem um conhecimento mais amplo sobre a situação da institucionalização e, portanto, pudessem caracterizar esses jovens de forma diferente do que as pessoas que não tinham contato com essa população. Calheiros et al. (2015) apontam que a sobrecarga de trabalho e o esgotamento frequentemente identificados em profissionais da área da proteção à infância e à juventude tendem a contribuir para a generalização das imagens negativas associadas ao público acolhido.

Para que o acolhimento não se torne uma experiência negativa, é preciso que as instituições estejam preparadas para receber os jovens e para manejar com as mais diversas situações que possam surgir, incluindo estes processos de estigmatização e rotulagem. Os atributos negativos significativamente associados aos jovens institucionalizados evidenciam a importância de qualificar os profissionais que têm um papel fundamental na socialização e no desenvolvimento dos acolhidos. É necessário, portanto, um processo cuidadoso de recrutamento e seleção de profissionais baseado em um perfil, considerando critérios

específicos para cada cargo institucional (Brasil, 2009b). Muitas vezes, o número inadequado de profissionais, o acúmulo de funções, a alta rotatividade dos funcionários e a urgência da contratação devido à grande demanda prejudicam o bom andamento de adequadas seleção e capacitação (Portella, 2012). A contratação dos profissionais ocorre sem qualquer critério e a capacitação do trabalhador acontece na prática diária (Botelho, Moraes, & Leite, 2015; Halpern, Leite, & Moraes, 2015). O emprego de indivíduos despreparados que apresentam crenças do senso comum e não possuem conhecimento técnico e teórico sobre esta realidade social pode levar a um reforçamento dos estigmas e das imagens negativas relativas à população acolhida, a qual, por sua vez, vive um processo de revitimização.

A importância da contínua capacitação é apontada pelos próprios profissionais das instituições que relatam seus benefícios no sentido de instrumentalizá-los nas intervenções cotidianas (Barros & Naiff, 2015). Embora ainda haja um significativo hiato entre a realidade e o que está prescrito nos documentos (Halpern et al., 2015), o processo de capacitar, além de uma obrigação legal, abre espaços de discussão para uma articulação adequada entre a teoria e a prática, procurando contemplar as especificidades que o acolhimento institucional apresenta (Barros & Naiff, 2015).

Neste fazer profissional, tão desafiador e delicado, inclui-se a necessidade de dar-se voz e visibilidade aos jovens acolhidos, pois pouco se ouve e se problematiza a respeito da experiência social desses sujeitos (Portella, 2012). Como parte do processo de desenvolvimento de autonomia e de participação social dos jovens, é importante que se articulem espaços de discussão para escutá-los, sendo indispensável para a elaboração de qualquer ação que os envolva (UNICEF, 2001). Estimular a participação democrática do jovem permite que, aos poucos, ele desempenhe um papel ativo na construção de sua realidade social.

Diante de tantas responsabilidades, é fundamental, portanto, que as instituições não vinculem à provisoriedade possíveis explicações para a falta de compromisso com o processo de proteção e cuidado dos acolhidos. O caráter transitório produz, muitas vezes, vínculos frágeis, sendo um grande desafio transformar a instituição, simultaneamente, em apoio social aos jovens, mas também em um espaço que permita a (re)significação de experiências e a construção de novas possibilidades de vida para seguirem adiante.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo investigar as imagens sociais atribuídas aos jovens institucionalizados por indivíduos que tinham ou não contato com este público alvo. Foi observado que as características negativas foram significativamente associadas a eles, demonstrando que o imaginário social ainda é permeado por estigmas relacionados à cultura da institucionalização e à história das instituições. Apenas a característica “batalhador” apresentou diferença estatisticamente significativa entre os grupos de participantes, indicando que o contato proximal com os jovens institucionalizados pouco interfere na percepção acerca dos mesmos. De fato, as imagens sociais são atravessadas por processos mais amplos e complexos referentes à construção e ao compartilhamento de conhecimento, que estão presentes na cultura, na história e nas práticas de uma sociedade. A pouca variabilidade das imagens sociais entre os participantes indica a importância de investir-se na criação de estratégias junto à toda sociedade a fim de reconstruir o imaginário social ainda muito negativo vinculado aos jovens

Ressalta-se que esses jovens institucionalizados tiveram seus direitos fundamentais violados através das situações de violência, negligência e/ou abandono vivenciadas, e podem ser revitimizados a partir dos rótulos a eles associados. Embora a temática seja de extrema relevância, o foco da maioria das pesquisas e discussões acerca do acolhimento institucional segue sendo a infância institucionalizada. Faz-se necessário, portanto, que os diversos atores sociais da rede estejam comprometidos com a tarefa de dar visibilidade aos jovens acolhidos, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e em pleno desenvolvimento biopsicossocial, garantindo-lhes um atendimento digno e integral. Capacitações e formações adequadas, bem como uma melhor valorização dos profissionais que atuam nessa área são fundamentais para que eles possam atender esses adolescentes da melhor maneira possível (Portella, 2012), respeitando sua individualidade e fortalecendo-os enquanto sujeitos autônomos.

Mesmo que não se constituam uma solução a longo prazo, as instituições têm um papel central na vida de muitas crianças e adolescentes. Aqueles que lidam diariamente com crianças e adolescentes em contexto de acolhimento institucional assumem um papel privilegiado e potencialmente decisivo na perspectiva da intervenção. É fundamental que se transmita a ideia de que o acolhido é verdadeiramente apreciado e valorizado, considerando suas limitações e potencialidades, de forma que possam ser promovidos sentimentos de aceitação e de pertença que aumentem a sua autoestima (Calheiros et al., 2013).

Além da relevância teórica, a temática do acolhimento institucional apresenta uma relevância social já que se trata de um campo tão complexo vinculado à garantia de direitos de crianças e adolescentes (D'Aroz & Stolz, 2012). As frequentes mudanças e reformulações nas leis e normativas exigem investigações e reflexões contínuas sobre o assunto. Este estudo teve um objetivo exploratório e a amostra foi selecionada por conveniência, não sendo possível realizar inferências para outras realidades sociodemográficas. Portanto, sugere-se, para estudos futuros, a composição de amostras representativas da população. Ressalta-se também a importância de estudos com metodologia qualitativa que possam investigar e avaliar de forma aprofundada os efeitos destas imagens sociais negativas sobre as práticas de atendimento, assim como sobre o desenvolvimento dos jovens em acolhimento institucional.

CAPÍTULO IV

Considerações Finais

Esta dissertação investigou e discutiu as imagens sociais atribuídas às instituições de acolhimento e aos jovens institucionalizados através de dois estudos empíricos exploratórios. O primeiro estudo investigou as imagens sociais sobre as instituições de acolhimento através da aplicação de questionários abertos em uma amostra adulta. A partir das 914 palavras atribuídas às instituições, foi realizada uma análise de conteúdo, sendo identificadas seis categorias: (1) Acolhimento/Proteção, (2) Organização/Funcionamento, (3) Recursos, (4) Formação/Preparação, (5) Permanência/Provisoriedade, (6) Outros. Todas as palavras categorizadas ainda foram classificadas em valência positiva ou negativa, havendo predominância da valência positiva em todas as categorias, sugerindo que as imagens sociais sobre as instituições de acolhimento, na percepção da maioria dos participantes, são positivas. As funções de acolhimento e organização, bem como a disponibilidade de recursos das instituições foram mais reconhecidas pelos participantes, sendo as categorias com o maior número de palavras mencionadas. Portanto, este estudo indica que mudanças positivas vêm ocorrendo, o que mostra uma evolução nas formas de garantir a proteção de crianças e adolescentes. Ainda assim, compreendendo o contexto institucional como um espaço extremamente complexo e dinâmico, estas imagens positivas não significam que as instituições de acolhimento estejam totalmente adequadas aos parâmetros legais exigidos. O trabalho de qualificação e de melhoria das instituições é uma tarefa contínua e coletiva.

O segundo estudo investigou as imagens sociais atribuídas aos jovens em acolhimento institucional através de um questionário fechado, com 37 palavras para descrever os jovens típicos e acolhidos, com itens em escala *Likert*. Em geral, as características negativas foram mais associadas aos jovens em acolhimento institucional, indicando que as imagens sociais atribuídas a esses jovens são, em sua maioria, negativas. As características atribuídas aos jovens institucionalizados pouco variaram entre os grupos de participantes (com contato ou sem contato com populações em vulnerabilidade e risco), sendo possível avaliar que as percepções e concepções sobre esta população dependem menos do contato proximal e mais de aspectos referentes à história das instituições e à cultura da institucionalização enraizadas no imaginário social. Apenas a palavra “batalhador” apresentou diferença estatisticamente significativa entre os grupos respondentes, indicando que os participantes que tinham contato com populações em situação de vulnerabilidade e risco percebem os jovens acolhidos como

menos batalhadores do que os demais participantes. Aponta-se para a necessidade de contínua capacitação e formação dos profissionais que atuam nos processos de desenvolvimento e de socialização dos jovens institucionalizados, a fim de que as situações de preconceito e exclusão sejam reduzidas.

Os dois estudos apresentados nesta dissertação trazem resultados complementares e estão de acordo com uma pesquisa similar realizada em Portugal (Calheiros et al., 2015), que também identificou imagens sociais positivas atribuídas às instituições de acolhimento e imagens sociais negativas atribuídas aos jovens acolhidos. Embora tenham sido mencionadas palavras negativas a respeito das instituições, a maioria dos participantes reconheceu sua função de proteção, disponibilizando aos acolhidos recursos físicos e humanos, bem como uma estrutura organizada para acolhê-los. Nas últimas décadas muito se evoluiu no que tange às leis e normativas no campo dos direitos e da proteção à infância e à adolescência. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006), a Nova Lei Nacional da Adoção (Brasil, 2009a) e as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009b) apresentam-se enquanto importantes ferramentas propulsoras para a efetivação de mudanças.

Além do suporte legal, é possível que a instituição adquira uma imagem positiva diante do papel que desempenha: de acolhimento e proteção frente à negligência, violência e abandono perpetrados pela família, que deveria ser a principal efetivadora dos direitos referentes à vida da criança e do adolescente. Ainda que estes resultados sejam motivadores, vale ressaltar que não podem ser generalizados, pois são provenientes da percepção da amostra de participantes da pesquisa, não sendo, necessariamente, a realidade apresentada em toda população ou em todas as instituições de acolhimento.

As imagens sociais negativas associadas aos jovens em acolhimento permitem uma reflexão que extrapola o momento presente. Todo estigma carrega vestígios de uma história, tendo em vista que demandou tempo para ser construído, compartilhado e perpetuado. Os estigmas conduzem à segregação das minorias, marginalizando tudo aquilo que foge à norma, incluindo as crianças e os adolescentes em acolhimento que, diferente do que é legalmente e socialmente esperado, vivem em lares provisórios afastados de suas famílias. Compreende-se, claramente, que toda criança e adolescente deveria ser criado e educado no seio de sua família, entretanto, o fato de isso não ser possível não deveria se constituir em motivo para a estigmatização desses indivíduos.

Pode-se observar que as percepções negativas acerca desta população são compartilhadas pela sociedade em geral, fazendo-se presentes, inclusive, entre pessoas que têm contato com indivíduos em acolhimento, conforme os resultados do segundo estudo desta dissertação. Além da atribuição de imagens sociais negativas, entende-se que as ações e práticas destinadas a esse público acabam sendo conduzidas a partir destes rótulos. Pode haver então, uma revitimização do jovem e uma nova violação de direitos (Rossetti-Ferreira et al., 2012), tendo em vista que a dignidade, o respeito e o princípio da não discriminação deixam de ser assegurados. Existe ainda, conforme Cintra e Souza (2010) uma “experiência subjetiva de violência” visto que os acolhidos são impelidos a esquecer seu passado inadequado reforçador de estigmas para, talvez, garantirem um lugar social de reconhecimento.

Diante desta realidade estigmatizante e segregadora, destaca-se o importante trabalho das instituições de acolhimento e de seus colaboradores (educadores sociais, equipe técnica e diretiva) junto a esses jovens. Embora as instituições geralmente contem com um número reduzido de profissionais, a equipe pode ser uma referência positiva para os acolhidos ao oportunizar interações estáveis, relações seguras e confiáveis (Fernandes & Oliveira-Monteiro, 2016). Calheiros et al. (2015) salientam que os estereótipos sociais nunca serão minimizados enquanto as pessoas que trabalham diretamente com a população acolhida seguir validando essas crenças.

O processo de seleção de profissionais precisa ser criterioso para garantir a contratação de indivíduos qualificados e com perfil adequado ao desenvolvimento de suas funções (Brasil, 2009b). Investir na capacitação e na formação continuada dos profissionais é uma forma de proporcionar uma reflexão constante sobre as práticas realizadas e o alinhamento das propostas de trabalho. Destaca-se, ainda, a prática de supervisão institucional com profissionais externos como uma importante ferramenta de formação continuada.

Ainda que as experiências motivadoras do acolhimento possam ter sido traumáticas, seu impacto pode ser minimizado se as condições de atendimento oferecidas propiciarem experiências reparadoras à criança e ao adolescente (Brasil, 2009b). Deve-se, portanto, reconhecer a importância das instituições de acolhimento, reforçando as potencialidades que possuem ao oferecerem proteção, bem-estar e afetividade aos seus acolhidos. A estabilidade disponibilizada pelas instituições também é apontada como um aspecto positivo para o desenvolvimento de crianças e adolescentes (Fernandes & Oliveira-Monteiro, 2016; Schütz et al., 2014). Cuidados residenciais mais consistentes e interações sociais mais positivas podem

favorecer a construção de vínculos dentro dos serviços e aumentar a percepção de proteção diante de eventos adversos fora da instituição (Fernandes & Oliveira-Monteiro, 2016).

Em especial, aos jovens acolhidos, é preciso disponibilizar uma escuta sensível e dar visibilidade aos seus desejos e insatisfações. Bem como salientam Calheiros e Patrício (2014), as intervenções destinadas aos jovens acolhidos precisam ser adaptadas em função da heterogeneidade que se apresenta nos grupos de crianças e adolescentes: necessidades pessoais, fatores de risco e proteção, modos de enfrentamento, entre outros. É necessário oferecer um espaço que, de fato, acolha suas angústias e seus medos, fortalecendo-os para enfrentarem as dificuldades decorrentes dos processos de preconceito e discriminação.

É relevante ainda discutir essa temática junto à sociedade em geral, salientando as consequências negativas que os estereótipos sociais podem gerar. Independente do tempo que o acolhido permaneça na instituição, a reintegração na comunidade é necessária e inevitável. As imagens sociais negativas sobre essa população podem influenciar neste processo, engendrando mecanismos preconceituosos e excludentes. Desta forma, torna-se fundamental o planejamento de ações que favoreçam a interação dos acolhidos com os contextos que frequentam (Brasil, 2009b).

Por fim, cabe aqui, ressaltar a importância de se repensar também os estigmas associados às famílias dos acolhidos (Arpini, 2003; Domingues, 2013) que costumam gerar sentimentos de descrédito e de desconfiança. Acolher crianças e adolescentes não tem o objetivo único de protegê-los, mas também de permitir que as famílias se reorganizem em colaboração com os serviços da rede socioassistencial, a qual tem a responsabilidade de encontrar dispositivos de valorização destas famílias, a fim de que, em breve, possam receber seus filhos novamente e se reestruturar enquanto suporte para os mesmos. Fernandes e Oliveira-Monteiro (2016) destacam que o trabalho sistemático de fortalecimento do microsistema familiar deve ser prioritário com o propósito de possibilitar uma reintegração positiva.

Em relação às limitações desta dissertação, há de se considerar que os estudos tinham objetivo exploratório e que a seleção das amostras foi realizada por conveniência. Assim, em função do tamanho e da representatividade amostral, os resultados não podem ser generalizados para outras realidades sociodemográficas. Para estudos futuros, sugere-se que o tamanho da amostra possa ser ampliado, incluindo outras localidades geográficas e realidades socioculturais. Outras pesquisas devem ser realizadas a fim de se compreender cada vez mais a complexidade do acolhimento institucional e as manifestações de preconceito, discriminação

e exclusão associados. Novos desenhos metodológicos que incluam grupos focais e estudos de caso podem contribuir para o aprofundamento das investigações no que tange às imagens sociais e na forma como afetam as relações e as práticas de trabalho no campo de proteção à infância e a adolescência.

REFERÊNCIAS

- Abaid, J. L., Dell’Aglío, D. D., & Koller, S. H. (2010). Preditores de sintomas depressivos em crianças e adolescentes institucionalizados. *Universitas Psychologica*, 1(9), 199-212.
- Abaid, J. W. L., Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2012). Implicações legais e desenvolvimentais do acolhimento institucional: Possibilidades e desafios em uma perspectiva psicológica. In D. M. Arpini, & A. C. Siqueira (Eds.), *Psicologia, famílias e leis: Desafios à realidade brasileira* (pp. 72-102). Santa Maria: Editora UFSM.
- Adrião, M. C. S. (2013). Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: Os desafios e o trabalho com a rede de proteção social. Dissertação de Mestrado. Mestrado profissional em gestão e políticas públicas. Fundação Getúlio Vargas. SP, São Paulo. Recuperado em 22 de outubro de 2014, de http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11183/Artigo_MPGPP_FIN_AL.pdf?sequence=1
- Álvares, A. M., & Lobato, G. R. (2013). Um estudo exploratório da incidência de sintomas depressivos em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Temas em Psicologia*, 21(1), 151-164. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.1-11>
- Arpini, D. M. (2003a). Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(1), 70-75. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000100010>
- Assis, S. G., & Farias, L. O. P. (2013). *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec.
- Avoglia, H. R. C., Silva, A. M., & Mattos, P. M. (2012). Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 12(1-2), 265-292.
- Bardin, L. (1977/2004). *Análise de conteúdo* (3ª ed). Lisboa: Edições Setenta.
- Barros, N. S., & Naiff, L. A. M. (2015). Capacitação para educadores de abrigo de crianças e adolescentes: Identificando representações sociais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(1), 240-259.
- Bock, A. M. B. (2004). A perspectiva sócio histórica de Leontiev e a crítica a naturalização da formação do ser humano: A adolescência em questão. *Caderno Cedes*, 24(62), 26-43.
- Botelho, A. P., Moraes, M. C. M. B., & Leite, L. C. (2015). Violências e riscos psicossociais: Narrativas de adolescentes abrigados em Unidades de Acolhimento do Rio de Janeiro,

Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(1), 7-16. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014201.18112013>

Brasil (1927). *Código de menores*. Diário Oficial da União. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Brasília, DF. Recuperado em 15 de abril de 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm

Brasil (1979). *Novo código de menores*. Diário Oficial da União. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Brasília, DF. Recuperado em 15 de abril de 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da União. 5 de outubro de 1988. Recuperado em 20 de abril de 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

Brasil (1990). *Estatuto da criança e do adolescente*. Diário Oficial da União. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF. Recuperado em 15 de abril de 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/18069.htm

Brasil (2006). *Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, DF: Conanda.

Brasil (2009a). *Nova lei nacional da adoção*. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Brasília, DF. Recuperado em 20 de abril de 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm.

Brasil (2009b). *Orientações técnicas para serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília, DF: Conanda.

Brito, C. O., Rosa, E. M., & Trindade, Z. A. (2014). O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. *Temas em Psicologia*, 22(2), 401-413. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.2-11>

Buffa, C. G., Pauli-Teixeira, S. C., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2010). Vivências de exclusão em crianças abrigadas. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(2), 17-34.

Calheiros, M. M., Graça, J., Morais, I., Mendes, R., Jesus, H., & Garrido, M. V. (2013). Desenvolvimento de um programa de preparação para a vida autónoma para jovens em acolhimento residencial. In M. M. Calheiros, & M. V. Garrido (Eds), *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, investigação e intervenção* (pp. 241-292). Lisboa: Edições Silabo.

Calheiros, M. M., Garrido, M. V., Lopes, D., & Patrício, J. N. (2015). Social images of residential care: How children, youth and residential care institutions are portrayed?

- Children and Youth Services Review*, 55, 159-169. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.06.004>
- Calheiros, M. M., & Patrício, J. N. (2014). Assessment of needs in residential care: Perspectives of youth and professionals. *Journal of Child and Family Studies*, 23, 461–474. DOI: 10.1007/s10826-012-9702-1
- Casas, F. (1992). Las representaciones sociales de las necesidades de niños y niñas, y su calidad de vida. *Anuario de Psicología*, 53, 27-45.
- Casas, F. (2006). Infancia y representaciones sociales. *Política y Sociedad*, 43(1), 27-42.
- Casas, F. (2010). Representaciones sociales que influyen en las políticas sociales de infancia y adolescencia en Europa. *Pedagogía Social*, 17, 15-28.
- Casas, F., Cornejo, J., Colton, M., & Scholte, E. (2000). Perceptions of stigmatization and satisfaction with services received among users of social welfare services for the child and the family in three European regions. *Social Indicators Research*, 51(3), 287-308.
- Cintra, A. L., & Souza, M. (2010). Institucionalização de crianças: Leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 10(3), 809-833.
- Corsini, R. (1999). *The Dictionary of Psychology*. Philadelphia, USA: Taylor & Francis.
- Costa, A. (2005). *Um estudo sobre o impacto das (des)conexões entre o ambiente escolar e o ambiente institucional na vida de crianças e adolescentes abrigados*. Dissertação de mestrado não-publicada, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS. Recuperado em 20 de maio de 2015, de http://www.argo.furg.br/bdtd/tde_arquivos/5/TDE-2006-06-14T185618Z-21/Publico/dissertacao%20arlete.pdf
- D'Aroz, M. S., & Stolz, T. (2012). O cuidado institucional na visão de adolescentes acolhidos. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 6, 198-220.
- Dalbem, J. X., & Dell'Aglio, D. D. (2008). Apego em adolescentes institucionalizadas: Processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. *Psico PUCRS*, 39(1), 33-40.
- Domingues, A. L. (2013). *Imagens associadas às famílias de crianças e jovens em acolhimento institucional*. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Lisboa, Portugal.

- Faleiros, V. P., & Faleiros, E. S. (2008). Uma visão histórica da violência contra crianças e adolescentes. In V. P. Faleiros, & E. S. Faleiros (Eds.), *Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes* (pp. 15-26). Brasília: Ministério da Educação.
- Fernandes, A. O., & Oliveira-Monteiro, N. R. (2016). Psychological indicators and perceptions of adolescents in residential care. *Paidéia*, 26(53), 81-89. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-43272663201610>
- Fraga, L. B. (2008). *Infância, práticas educativas e de cuidado: concepções de educadores de abrigo à luz da história de vida*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia e Educação, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, SP. Recuperado em 25 de abril de 2015, de [file:///C:/Documents%20and%20Settings/ASPIRE/Meus%20documentos/Downloads/tese%20\(5\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/ASPIRE/Meus%20documentos/Downloads/tese%20(5).pdf)
- Frota, A. M. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: A importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia (UERJ)*, 7(1), 147-160.
- Guará, I. M. F. (2006). Abrigo: Comunidade de acolhida e socioeducação. In M. V. Baptista (Ed.), *Abrigo: Comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 63-75). São Paulo: Instituto Camargo Corrêa.
- Gulassa, M. L. C. R. (2010). *Novos Rumos do Acolhimento Institucional*. São Paulo: Instituto Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente. Recuperado em 20 de maio de 2015, de <http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/novos%20rumos%20do%20acolhimento.pdf>
- Goffman, E. (1961). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Goffman, E. (1982). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Grossman, E. (2010). A construção do conceito de adolescência no Ocidente. *Adolescência e Saúde*, 7(3), 47-51.
- Halpern, E. E., Leite, L. M. C., & Moraes, M. C. M. B. (2015). Seleção, capacitação e formação da equipe de profissionais dos abrigos: O hiato entre o prescrito e o real. *Trabalho, Educação e Saúde*, 13(Supl. 1), 91-113. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sip00033>
- Jodelet, D. (1985). La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. In S. Moscovici (Ed.), *Pensamiento y vida social* (pp.469-494). Barcelona: Paidós.

- Kools, S. M. (1997). Adolescent identity development in foster care. *Family Relations*, 46, 263–271. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/585124>
- Kuznetsova, T. I. (2005). Social stereotypes of the perception of graduates of children's homes. *Russian Education and Society*, 47, 19–30.
- Link, B. G., & Phelan, J. C. (2001). Conceptualizing stigma. *Annual Review of Sociology*, 27, 363-385. DOI: <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.soc.27.1.363>
- Major, B., & O'Brien, L. T. (2005). The social psychology of stigma. *Annual Review of Psychology*, 56, 393-421. DOI: <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.psych.56.091103.070137>
- Moré, C. L. O. O., & Sperancetta, A. (2010). Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 519-528. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000300012>.
- Moreira, M. I. C. (2014). Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. *Psicologia & Sociedade*, 26 (número especial 2), 28-37. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000600004>
- Moscovici, S. (2001). Why a theory of social representations?. In K. Deaux, & G. Philogène (Eds.), *Representations of the Social: Bridging theoretical tradition* (pp. 8-35). Oxford: Blackwell Publishers.
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrole. *Análise Psicológica*, 2(28), 245-254.
- Negrão, A. V. G., & Constantino, E. P. (2011). *Acolhimento institucional em tempos de mudança: Uma questão em análise*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Oliveira, E., Ens, R. T., Andrade, D. B. S. F., & Mussis, C. R. (2003). Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. *Diálogo Educacional*, 4(9), 11-27.
- Portella, E. M. B. (2012). *Proteção social: A experiência dos adolescentes em acolhimento institucional*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. Recuperado em 16 de abril de 2015, de http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3936
- Quality4Children (2006). *Normas para o acolhimento de crianças fora de sua família biológica na Europa*. Recuperado em 20 de maio de 2015, de [file:///C:/Documents%20and%20Settings/ASPIRE/Meus%20documentos/Downloads/Q4-C-Standards-portuguese%20\(2\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/ASPIRE/Meus%20documentos/Downloads/Q4-C-Standards-portuguese%20(2).pdf)

- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Loyola.
- Rocha, P. J., Arpini, D. M., & Savegnago, S. D. O. (2015). Significados atribuídos por mães acerca do acolhimento institucional, reintegração e rede de atendimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(1), 111-124. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703002312013>
- Rodrigues A. L., Gava L. L., Sarriera J. C., & Dell'Aglio D. D. (2014). Percepção de preconceito e autoestima entre adolescente em contexto familiar e em situação de acolhimento institucional. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2), 389-407.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Serrano, S. A., & Almeida, I. G. (2011). A criança e o adolescente como sujeito ativo e de direitos no processo de acolhimento institucional: Uma longa história ainda inacabada. In M. C. Rossetti-Ferreira, S. A. Serrano, & I. G. Almeida (Eds.), *O acolhimento institucional na perspectiva da criança* (21-59). São Paulo: Hucitec.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Serrano, S. A., & Costa, N. R. A. (2011). Reflexões sobre o desenvolvimento humano e o contexto institucional. In M. C. Rossetti-Ferreira, S. A. Serrano, & I. G. Almeida (Eds.), *O acolhimento institucional na perspectiva da criança* (60-85). São Paulo: Hucitec.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Almeida, I. G., Costa, N. R. A., Guimarães, L. A., Mariano, F. N., Pauli-Teixeira, S. C., & Serrano, S. A. (2012). Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 390-399. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722012000200021>
- Santos, A. S. C. S. (2009). *(In)sucesso escolar de crianças e jovens institucionalizados*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Política Social, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa, Portugal. Recuperado em 20 de maio de 2015, de [https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2997/1/\(In\)sucesso%20escolar%20de%20crian%C3%A7as%20e%20jovens%20institucionalizadas.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2997/1/(In)sucesso%20escolar%20de%20crian%C3%A7as%20e%20jovens%20institucionalizadas.pdf)
- Schütz, F. F., Sarriera, J. C., Bedin, L., & Montserrat, C. (2014). Subjective well-being of children in residential care centers: Comparison between children in institutional care and children living with their families. *Psicoperspectivas: Individuo y Sociedad*, 15(1), 19-30.
- Serrano, S. A. (2008). *O abrigo de crianças de zero a seis anos de idade em Ribeirão Preto: caracterizando esse contexto*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia e Educação, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, SP. Recuperado em 15 de julho de 2015, de

[file:///C:/Documents%20and%20Settings/ASPIRE/Meus%20documentos/Downloads/solangeserrano%20\(4\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/ASPIRE/Meus%20documentos/Downloads/solangeserrano%20(4).pdf)

- Silva, E. R. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/Conanda, 2004.
- Silva, M. L., & Arpini, D. M. (2013). O impacto da nova Lei Nacional de Adoção no acolhimento institucional: O ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. *Psicologia em Revista*, 19(3), 422-440. DOI: <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2013v19n3p422>
- Silva, F. L., & Guimarães, L. A. (2011). “Assistir Robocop lá é chato!” Conversando com crianças sobre suas vivências no abrigo institucional. In M. C. Rossetti-Ferreira, S. A. Serrano, & I. G. Almeida (Eds.), *O Acolhimento institucional na perspectiva da criança*. (235-272). São Paulo: Hucitec.
- Siqueira, A. C. (2012). Avanços na legislação de proteção à criança e ao adolescente: Superando desafios e construindo novas perspectivas no atendimento ao jovem em situação de institucionalização. In D. M. Arpini, & A. C. Siqueira (Eds.), *Psicologia, famílias e leis: Desafios à realidade brasileira* (pp. 19-44). Santa Maria: Editora UFSM.
- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010>
- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2010). Crianças e adolescentes institucionalizados: Desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 407-415. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000300003>
- Siqueira, A. C., Massignan, L. T., & Dell’Aglío, D. D. (2011). Reinserção familiar de adolescentes: Processos malsucedidos. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 21(50), 383-391. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2011000300011>
- Siqueira, A. C., Tubino, C. L., Schwarz, C., & Dell’Aglío, D. D. (2009). Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1), 176-190.
- Sommerhalder-Miike, H., & Caldana, R. H. L. (2011). Desenvolvendo potencialidades em crianças abrigadas. In M. C. Rossetti-Ferreira, S. A. Serrano, & I. G. Almeida (Eds.), *O acolhimento institucional na perspectiva da criança* (273-309). São Paulo: Hucitec.

- Spink, M. J. P. (1993). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 300-308. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300017>
- Steinberg, L. (2002). *Adolescence* (6th ed.). Boston: McGraw-Hill.
- Teixeira, C. F. (2009). *O tecer e o crescer – Fios e desafios. Construção identitária em crianças institucionalizadas*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Universidade do Porto. Porto, Portugal. Recuperado em 10 de junho de 2015, de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/19344/4/corpo%20de%20texto.pdf>
- UNICEF (2001). *Adolescents in Latin America and the Caribbean: Policy guidelines*. UNICEF. Recuperado em 23 agosto de 2015 de http://www.unicef.org/lac/adolescents_in_lac.pdf
- UNICEF (2009). *Guidelines for alternative care of children*. Recuperado em 25 de maio de 2015, de http://www.unicef.org/protection/alternative_care_Guidelines-English.pdf.
- Vasconcelos, Q. A., Yunes, M. A. M., & Garcia, N. M. (2009). Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 19 (43), 221-229.
- Vectore, C., & Carvalho, C. (2008). Um olhar sobre o abrigo: A importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, 12(2), 441-449. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000200015>
- Vieira, P. C. S. R. (2011). *Condições sociais do adolescente em processo de desligamento em instituições de acolhimento*. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasília, DF. Recuperado em 20 de agosto de 2015, de http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3160/1/2011_PatriciaCarolineSouzadaRochaVieira.pdf
- Yunes, M. A. M., Miranda, A. T., & Cuello, S. S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenções no Brasil* (pp.197-218). São Paulo: Casa do Psicólogo.

ANEXOS

ANEXO A

Questionário - Estudo 1

Questionário

Este questionário tem como objetivo conhecer a sua opinião acerca de características de jovens hipotéticos e os seus respectivos contextos de vida. Por esse motivo não existem respostas certas ou erradas. Estamos apenas interessados na sua opinião. As suas respostas são confidenciais e serão analisadas em conjunto com as respostas de outros participantes.

Por favor, leia os textos com atenção antes de responder às questões.

O acolhimento em Abrigo constitui uma das medidas de proteção e de garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos jovens que, no seu meio natural de vida, estão expostos a condições adversas para o seu desenvolvimento. Esta medida de acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipe técnica, oferecendo cuidados adequados e condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Pense em um jovem (entre 12 e 18 anos) que vive numa instituição. Como descreveria este jovem? Escreva 5 características de um jovem que viva neste contexto.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Como descreveria a família deste jovem? Escreva 5 características que descrevam a família de um jovem neste contexto.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Como descreveria uma instituição de acolhimento? Escreva 5 características que descrevam estas instituições.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Imagine uma família de três pessoas, em que os dois pais têm emprego e veículo próprio. Em termos de escolaridade, estes pais têm no mínimo, o ensino médio completo. Esta família tem uma moradia confortável e com boas condições.

Pense em um jovem (entre 12 e 18 anos) que seja filho destes pais. Como descreveria este jovem? Escreva 5 características de um jovem que viva neste contexto.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Como descreveria a família deste jovem? Escreva 5 características que descrevam esta família.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Conhece alguma criança ou jovem que se encontre em acolhimento institucional?

Sim / Não

Se sim, em que circunstâncias a conheceu (na sua vida privada, profissional...)?

Dados sociodemográficos:

Sexo: F / M ; Idade: _____ Estado Civil: _____

Escolaridade: _____; Profissão: _____

Trabalha na área de crianças em risco e perigo? Sim Não

Se sim, descreva a instituição onde trabalha. _____

Rendimento médio mensal:

Individual: <R\$500,00 R\$500,00-R\$1.000,00 R\$1.000,00-R\$2.000,00

R\$2.000,00-R\$3.000,00 >R\$4.000,00

Familiar: <R\$500,00 R\$500,00-R\$1.000,00 R\$1.000,00-R\$2.000,00

R\$2.000,00-R\$3.000,00 >R\$4.000,00

Tem filhos? Sim / Não

Se sim quantos e idades? 1 ; 2 ; 3 ; 4 ; 5 ; +5

ANEXO B

Parecer do Comitê de Ética

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: As imagens sociais de crianças e jovens institucionalizados

Pesquisador: Débora Dalbosco Dell'Aglio

Área Temática: Pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro;

Versão: 4

CAAE: 15111813.1.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUPERIOR

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 420.578

Data da Relatoria: 07/10/2013

Apresentação do Projeto:

De acordo com o Instituto de Segurança Social Português (2012), em 2011 existiam 11572 crianças e adolescentes em acolhimento institucional. No Brasil, no ano de 2005, existiam cerca de 20000 crianças nestas mesmas condições (Silva & Aquino, 2005). Em ambos os países, encontra-se uma predominância do sexo masculino nesta população de crianças e jovens (51% em Portugal e 58,5% no Brasil), assim como de jovens mais velhos, sendo que, a maioria dos jovens acolhidos no Brasil tinha idades compreendidas entre os 7 e os 15 anos (61,3%), enquanto em Portugal a maioria dos jovens tinham entre 12 e 21 anos (64,3%) (Instituto de Segurança Social, 2012; Silva & Aquino, 2005). Além disto, é ainda importante referir que, em ambos os países, o acolhimento pode ocorrer durante longos períodos de tempo (sete anos ou mais) (Instituto de Segurança Social, 2012; Silva & Aquino, 2005). As abordagens do desenvolvimento face ao estudo de crianças em acolhimento institucional enfatizam o ambiente e as relações sociais como sistemas complexos. No entanto, a maioria das investigações tem focado principalmente as características estruturais e funcionais do contexto e menos nas relações sociais das crianças com os outros, e a sua pertença a uma

comunidade específica. As crianças e jovens em acolhimento institucional são rotuladas socialmente, sendo os serviços de bem-estar públicos aqueles que demonstram uma maior estigmatização destas crianças e jovens (Casas, Cornejo, Colton, & Scholte, 2000). Dada a relevância destes processos e a ausência de estudos nesta população, torna-se assim importante identificar as imagens e estereótipos associados às crianças e jovens acolhidos institucionalmente.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Investigar a imagem social de crianças e adolescentes institucionalizados, as fontes de variabilidade das imagens sociais e a forma como estas são socialmente e culturalmente construídas.

Objetivo Secundário: Construir um instrumento para avaliar quantitativamente as imagens sociais de crianças e jovens em acolhimento institucional

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há previsão de riscos para os participantes, uma vez que a pesquisa não aborda questões potencialmente capazes de gerar danos físicos ou psíquicos. Além disso, será respeitada a voluntariedade e a autonomia dos participantes, bem como será resguardada a identidade dos mesmos e a confidencialidade dos dados.

Benefícios: Não estão previstos benefícios diretos aos participantes da pesquisa. Contudo, os resultados poderão contribuir para o conhecimento acerca da imagem social de crianças e adolescentes institucionalizados e assim possibilitar a criação de estratégias para modificar esta situação e garantir melhores condições de desenvolvimento a estas crianças e jovens. Desta forma, há um benefício indireto à população, que tem o dever legal de promover o desenvolvimento saudável de todas as crianças e adolescentes. Resultados do estudo poderão ser utilizados como subsídios para projetos de capacitação junto a trabalhadores sociais que atuam na área de acolhimento institucional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo busca conhecer as imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados, mostrando que existe uma imagem social estereotipada acerca destas crianças e jovens e que esta imagem é social e culturalmente construída. Adicionalmente esperam testar um modelo explicativo dos estereótipos associados a estas crianças e jovens em acolhimento institucional através das variáveis como conhecimento acerca do exogrupo e contacto com o exogrupo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória

TCLs sem indicações de alterações.

Recomendações:

Projeto sem pendências ou recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto sem pendências ou recomendações.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto sem pendências ou recomendações.

PORTO ALEGRE, 10 de Outubro de 2013

.....
Assinador por:
JUSSARA MARIA ROSA MENDES
(Coordenador)

ANEXO C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Estudo 1

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Psicologia – PPG Psicologia

Prezado(a) Senhor(a)

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo investigar a imagem social de crianças e adolescentes que vivem em diferentes contextos, tais como família e instituição. Além disso, pretendemos conhecer como estas imagens variam e como são socialmente e culturalmente construídas. Para isso, você será convidado a responder algumas perguntas em uma entrevista sobre a sua opinião a respeito de diferentes situações de vida de crianças e adolescentes.

A duração desta entrevista é de aproximadamente 20 minutos. Serão tomados todos os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações. Sua participação no estudo é voluntária e poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a esse estudo poderão ser solicitadas. Os dados obtidos através desta entrevista serão guardados no Instituto de Psicologia da UFRGS e destruídos após o período de cinco anos.

Não estão previstos riscos aos participantes desta pesquisa, pois ela não envolve questões potencialmente capazes de gerar desconforto. Porém, na eventualidade de detectarmos sinais de risco físico ou psicológico nos participantes do estudo, será oferecido o encaminhamento necessário.

Não estão previstos benefícios diretos aos participantes, porém há um benefício à população, pois os resultados do estudo poderão ajudar a melhorar a imagem social de crianças e adolescentes que vivem em diferentes contextos, contribuindo para seu desenvolvimento saudável. Haverá uma devolução dos resultados finais do estudo, de forma coletiva. A pesquisadora responsável pelo estudo é a Profa. Débora Dalbosco Dell’Aglio.

Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através do telefone (51) 33085253. Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, fone (51) 33085441, e-mail: cep-psico@ufrgs.br

Autorização: Eu _____ (nome do participante) fui informado dos objetivos e da justificativa dessa pesquisa, sobre a imagem social de crianças e adolescentes de diferentes contextos, de forma clara e detalhada. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o consentimento de participação na pesquisa, em qualquer momento do processo. Ao assinar esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais dando meu consentimento livre e esclarecido em participar desse estudo.

Assinatura do participante Data __/__/__

Assinatura da Pesquisadora do NEPA/UFRGS Data __/__/__

ANEXO D

Questionário – Estudo 2

**NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ADOLESCÊNCIA
(NEPA) INSTITUTO DE PSICOLOGIA – UFRGS**

Este questionário tem como objetivo conhecer a sua opinião sobre as características que descrevem jovens em diferentes situações de vida. Por esse motivo não existem respostas certas ou erradas. Estamos apenas interessados na sua opinião. Por favor responda a todas as questões que lhe são propostas. As suas respostas são confidenciais e serão analisadas em conjunto com as respostas de outros participantes.

Agradecemos desde já a sua colaboração!

Dados de identificação:

Sexo: F / M Idade: _____ Estado Civil: _____

Escolaridade ou grau em que estuda: Ensino Fundamental Ensino Médio

Graduação Pós-Graduação

Curso: _____ Profissional: SIM NÃO

Instituição onde trabalha: _____

Cidade onde reside: _____

Trabalha ou já trabalhou na área de crianças e adolescentes em risco e vulnerabilidade?

Sim Não

Se sim, indique sua área de trabalho (marque mais de uma, se for o caso OU marque a principal, em caso de trabalhar em mais de umas destas áreas): Saúde Educação

Assistência Social Justiça Outro Especifique: _____

Rendimento mensal:

Individual:

- <R\$500,00
- R\$500,00-R\$1.000,00
- R\$1.000,00-R\$2.000,00
- R\$2.000,00-R\$3.000,00
- >R\$4.000,00
- Sem renda

Familiar:

- <R\$500,00
- R\$500,00-R\$1.000,00
- R\$1.000,00-R\$2.000,00
- R\$2.000,00-R\$3.000,00
- >R\$4.000,00

Tem filhos? Sim () / Não ()

37. Pense agora num **JOVEM TÍPICO BRASILEIRO**. Descreva-o utilizando a lista de características que são apresentadas em seguida. Desta forma, indique, por favor, até que ponto considera que cada uma das características seguintes **descrevem muito ou pouco este jovem típico**, assinalando o número que melhor corresponde à sua avaliação.

UM JOVEM TÍPICO BRASILEIRO É:	Nada	Pouco	Talvez	Muito	Totalmente
1. Agressivo	1	2	3	4	5
2. Amado	1	2	3	4	5
3. Ansioso	1	2	3	4	5
4. Apresentável	1	2	3	4	5
5. Baixa Autoestima	1	2	3	4	5
6. Batalhador	1	2	3	4	5
7. Bom Aluno	1	2	3	4	5
8. Calmo	1	2	3	4	5
9. Carente	1	2	3	4	5
10. Carinhoso	1	2	3	4	5
11. Ciumento	1	2	3	4	5
12. Com problemas	1	2	3	4	5
13. Confiante	1	2	3	4	5
14. Descontraído	1	2	3	4	5
15. Desinteressado	1	2	3	4	5
16. Desmotivado	1	2	3	4	5
17. Educado	1	2	3	4	5
18. Empenhado	1	2	3	4	5
19. Estável	1	2	3	4	5
20. Feliz	1	2	3	4	5
21. Frustrado	1	2	3	4	5
22. Humilde	1	2	3	4	5
23. Inseguro	1	2	3	4	5
24. Inteligente	1	2	3	4	5
25. Introverso	1	2	3	4	5
26. Protegido	1	2	3	4	5
27. Responsável	1	2	3	4	5
28. Revoltado	1	2	3	4	5
29. Saudável	1	2	3	4	5
30. Sensível	1	2	3	4	5
31. Sociável	1	2	3	4	5
32. Sonhador	1	2	3	4	5
33. Sozinho	1	2	3	4	5
34. Trabalhador	1	2	3	4	5
35. Traumatizado	1	2	3	4	5
36. Triste	1	2	3	4	5

37. Vulnerável	1	2	3	4	5
----------------	----------	----------	----------	----------	----------

2. Pense agora num **JOVEM EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL** (o acolhimento institucional constitui uma das medidas de proteção e de garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos jovens, utilizada quando há exposição a alguma situação de risco para o desenvolvimento). Descreva este jovem utilizando a lista de características que lhe apresentamos em seguida. Desta forma, indique, por favor, até que ponto considera que cada uma das características seguintes **descrevem muito ou pouco este jovem em acolhimento institucional**, assinalando o número que melhor corresponde à sua avaliação.

UM JOVEM EM ACOLHIMENTO É:	Nada	Pouco	Talvez	Muito	Totalmente
1. Agressivo	1	2	3	4	5
2. Amado	1	2	3	4	5
3. Ansioso	1	2	3	4	5
4. Apresentável	1	2	3	4	5
5. Baixa Autoestima	1	2	3	4	5
6. Batalhador	1	2	3	4	5
7. Bom Aluno	1	2	3	4	5
8. Calmo	1	2	3	4	5
9. Carente	1	2	3	4	5
10. Carinhoso	1	2	3	4	5
11. Ciumento	1	2	3	4	5
12. Com problemas	1	2	3	4	5
13. Confiante	1	2	3	4	5
14. Descontraído	1	2	3	4	5
15. Desinteressado	1	2	3	4	5
16. Desmotivado	1	2	3	4	5
17. Educado	1	2	3	4	5
18. Empenhado	1	2	3	4	5
19. Estável	1	2	3	4	5
20. Feliz	1	2	3	4	5
21. Frustrado	1	2	3	4	5
22. Humilde	1	2	3	4	5
23. Inseguro	1	2	3	4	5
24. Inteligente	1	2	3	4	5
25. Introverso	1	2	3	4	5
26. Protegido	1	2	3	4	5
27. Responsável	1	2	3	4	5
28. Revoltado	1	2	3	4	5
29. Saudável	1	2	3	4	5
30. Sensível	1	2	3	4	5
31. Sociável	1	2	3	4	5
32. Sonhador	1	2	3	4	5

33. Sozinho	1	2	3	4	5
34. Trabalhador	1	2	3	4	5
35. Traumatizado	1	2	3	4	5
36. Triste	1	2	3	4	5
37. Vulnerável	1	2	3	4	5

3. Agora lhe pedimos que avalie um conjunto de características, informando se considera **ESSAS PALAVRAS**, como sendo positivas (desejáveis), negativas (indesejáveis), ou neutras (indiferentes). Neste sentido, pedimos-lhe que pense num **JOVEM, de forma geral**, e avalie como consideraria cada uma das características seguintes, assinalando o número que melhor corresponde à sua avaliação.

QUANDO PENSO NUM	Muito Negativa	Negativa	Neutra (indiferente)	Positiva	Muito Positiva
1. Agressivo	1	2	3	4	5
2. Amado	1	2	3	4	5
3. Ansioso	1	2	3	4	5
4. Apresentável	1	2	3	4	5
5. Baixa Autoestima	1	2	3	4	5
6. Batalhador	1	2	3	4	5
7. Bom Aluno	1	2	3	4	5
8. Calmo	1	2	3	4	5
9. Carente	1	2	3	4	5
10. Carinhoso	1	2	3	4	5
11. Ciumento	1	2	3	4	5
12. Com problemas	1	2	3	4	5
13. Confiante	1	2	3	4	5
14. Descontraído	1	2	3	4	5
15. Desinteressado	1	2	3	4	5
16. Desmotivado	1	2	3	4	5
17. Educado	1	2	3	4	5
18. Empenhado	1	2	3	4	5
19. Estável	1	2	3	4	5
20. Feliz	1	2	3	4	5
21. Frustrado	1	2	3	4	5
22. Humilde	1	2	3	4	5
23. Inseguro	1	2	3	4	5
24. Inteligente	1	2	3	4	5
25. Introverso	1	2	3	4	5
26. Protegido	1	2	3	4	5
27. Responsável	1	2	3	4	5
28. Revoltado	1	2	3	4	5
29. Saudável	1	2	3	4	5
30. Sensível	1	2	3	4	5
31. Sociável	1	2	3	4	5
32. Sonhador	1	2	3	4	5
33. Sozinho	1	2	3	4	5

34. Trabalhador	1	2	3	4	5
35. Traumatizado	1	2	3	4	5
36. Triste	1	2	3	4	5
37. Vulnerável	1	2	3	4	5

ANEXO E

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Estudo 2

ATENÇÃO: POR FAVOR, DESTAQUE ESSA PRIMEIRA PÁGINA, FIQUE COM A PARTE SUPERIOR E ENTREGUE A PARTE INFERIOR ASSINADA, JUNTAMENTE COM O QUESTIONÁRIO PREENCHIDO

Se você não quiser participar, por favor, devolva o material em branco

UFRGS - INSTITUTO DE PSICOLOGIA – PPG PSICOLOGIA -
NEPA TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO

Prezado(a) participante

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo investigar as imagens sociais de jovens. Além disso, pretendemos conhecer como estas imagens variam e como são socialmente e culturalmente construídas. Para isso, você será convidado a responder um questionário sobre características de jovens que vivem em diferentes situações de vida.

Para responder ao instrumento será necessário um tempo de aproximadamente 20 minutos. Serão tomados todos os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações. Sua participação no estudo é voluntária e poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a esse estudo poderão ser solicitadas. Os dados obtidos através deste questionário serão guardados no Instituto de Psicologia da UFRGS e destruídos após o período de cinco anos.

Não estão previstos riscos aos participantes desta pesquisa, pois ela não envolve questões potencialmente capazes de gerar desconforto. Porém, na eventualidade de detectarmos sinais de risco físico ou psicológico nos participantes do estudo, será oferecido o encaminhamento necessário.

Não estão previstos benefícios diretos aos participantes, porém há um benefício à população em geral, pois os resultados do estudo poderão ajudar a melhorar a imagem social de jovens que vivem em diferentes contextos, contribuindo para seu desenvolvimento saudável. Haverá uma devolução dos resultados finais do estudo, de forma coletiva. Caso haja

interesse em participar desta atividade, por favor informe se endereço eletrônico para ser contatado. A pesquisadora responsável pelo estudo é a Profa. Débora Dalbosco Dell’Aglío, do Instituto de Psicologia UFRGS.

Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através do telefone (51)33085253. Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, fone (51)33085441, e-mail: cep-psico@ufrgs.br

Assinatura Coordenadora Pesquisa

Autorização: Eu _____ (nome do participante) fui informado dos objetivos e da justificativa dessa pesquisa, sobre a imagem social de jovens de diferentes contextos, de forma clara e detalhada. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o consentimento de participação na pesquisa, em qualquer momento do processo. Ao assinar esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais dando meu consentimento livre e esclarecido em participar desse estudo.

Assinatura do participante

Data __ / __ / __

E-mail